



4º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Comarca de São Paulo

Oficial de Registro: Robson de Alvarenga

Rua Líbero Badaró, n. 425 / Pq. Anhangabaú, n. 350 - 28º andar, CEP 01007-040 - Centro
Tel.: (11) 37774040 - Email: contato@4rtd.com.br - Site: www.4rtd.com.br

REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURÍDICA

Nº 723.439 de 03/07/2025

Certifico e dou fé que o documento em papel, contendo 42 (quarenta e duas) páginas, foi apresentado em 18/06/2025, protocolado sob nº 442.521, tendo sido registrado eletronicamente sob nº 723.439 e averbado no registro nº 23440/A no Livro de Registro A deste 4º Oficial de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de São Paulo, na presente data.

Denominação

FUNDAÇÃO PADRE ANCHIETA CENTRO PAULISTA DE RADIO E TV EDUCATIVAS
CNPJ nº 61.914.891/0001-86

Natureza:

ATA

São Paulo, 03 de julho de 2025

Cesar Augusto Lima de Avelar
Escrevente

Este certificado é parte integrante e inseparável do registro do documento acima descrito.

Emolumentos	Estado	Secretaria da Fazenda	Registro Civil	Tribunal de Justiça
R\$ 330,74	R\$ 93,82	R\$ 64,23	R\$ 17,53	R\$ 22,65
Ministério Público	ISS	Condução	Outras Despesas	Total
R\$ 15,74	R\$ 6,92	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 551,63



Para verificar o conteúdo integral do documento, acesse o site: servicos.cdtsp.com.br/validarregistro e informe a chave abaixo ou utilize um leitor de qrcode.

00251666152220444



Para conferir a procedência deste documento efetue a leitura do QR Code impresso ou acesse o endereço eletrônico:

<https://selodigital.tjsp.jus.br>

Selo Digital

1134804PJDA000129379CA25V

ILMO. SR. OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS DA CAPITAL – SP

Eu, Fabio Luiz Pereira Magalhães, de nacionalidade Brasileira, casado, museólogo, portador do [REDACTED] inscrito no [REDACTED] residente a [REDACTED] [REDACTED] representante legal da PESSOA JURÍDICA denominada FUNDAÇÃO PADRE ANCHIETA- CENTRO PAULISTA DE RÁDIOS E TV EDUCATIVAS - 61.914.891/001-86, com sede à Rua Vladimir Herzog nº 75, Água Branca, 05036-900, São Paulo –SP, vem requerer, nos termos do art.121 da LEI 6.015/73 e da Lei 10.406/02, o registro / averbação do instrumento em anexo, juntando 02 vias de igual teor e forma.

Nestes termos, pede deferimento

São Paulo, 12 de março de 2025.



Assinatura do representante legal

Fabio Luiz Pereira Magalhães
Presidente do Conselho Curador
Fundação Padre Anchieta

PRENOTADO
4º RCP/ISP

MANIFESTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO**SIS-MPDigital nº 0639.0000365/2025**

Vistos,

Trata-se de requerimento formulado pela **FUNDAÇÃO PADRE ANCHIETA**, para fins de obtenção de autorização do Ministério Público para registro da **Ata da Reunião Ordinária do Conselho Curador**, realizada no dia **11 de dezembro de 2024**, em que se deliberou, dentre outros assuntos, sobre auditoria interna, orçamento para 2025, relatório de atividades de 2025, informações sobre as programações das Rádios e TV Cultura, informes dos Comitês de Controles Internos e Comitê Estratégico e de Curadoria (fls. 77/ – itens 0009/0010).

O requerimento veio acompanhado do edital de convocação (fls. 77), da pauta da reunião (fls. 78), da ata da reunião (fls. 79/111) e do extrato da ata (fls. 112/114).

É o relatório.

Após análise da referida Ata em cotejo com o Estatuto Social, verifico que preenche os requisitos formais.

Assim, com fundamento no artigo 129, inciso IX, da Constituição Federal, no artigo 296, § 2º, da Lei Complementar Estadual nº 734/93, no artigo 186 e seguintes do Ato Normativo 675/2010 PGJ-CGMP, bem como nos itens XVIII/1.2 e XIX/27 do Provimento 58/99 – Tomo II – CGJ-SP, **AUTORIZO O REGISTRO** da mencionada ata, determinando expedição de ofício via *e-mail* ao Cartório Extrajudicial respectivo com a cópia dos documentos aqui aportados, bem como à Fundação, para prosseguimento e conclusão do procedimento.

Ressalto que a presente autorização se atém exclusivamente às questões formais, não importando em análise do conteúdo aritmético dos registros contábeis, que serão objeto de exame pelo Ministério Público por meio da prestação de contas apresentada anualmente neste Órgão Ministerial, na forma do artigo 193, *caput*, do Ato Normativo nº 675/2010 – PGJ-CGMP, de 28 de dezembro de 2010, que aprovou o “Manual de Atuação Funcional das Promotorias de Justiça do Estado de São Paulo”, junto ao SICAP.

Diante da publicação da Resolução CNMP nº 300, de 24/09/2024, a Fundação deverá apresentar as atas das reuniões ao Ministério Público no prazo de 30 (trinta) dias contados da sua lavratura (art. 30)¹.

Encaminhe-se cópia da presente manifestação à Fundação, por *e-mail*, solicitando-se que, no **prazo de 30 dias**, apresente cópia da ata devidamente registrada a esta Promotoria de Justiça.

São Paulo, 18 de junho de 2025.

FLÁVIA CRISTINA MERLINI
37ª Promotora de Justiça da Capital
(assinatura digital)

Documento assinado eletronicamente por FLAVIA CRISTINA MERLINI, em 16/06/2025 às 20:19.

Para verificar a autenticidade deste documento, acesse o serviço pelo Atendimento ao Cidadão e à Cidadã, no site do Ministério Público do Estado de São Paulo, e informe o nº do procedimento 0639.0000365/2025 e código c91e0443-bb52-45af-a1bd-93d28b355142.

¹ Art. 30. As reuniões dos órgãos fundacionais serão reduzidas a termo, sendo, ao menos, as atas relativas a alterações estatutárias, alienação de bens, escolha de membros e extinção administrativa submetidas à análise do Ministério Público, no prazo de 30 (trinta) dias contados da lavratura.



ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO CURADOR DA FUNDAÇÃO PADRE ANCHIETA, CENTRO PAULISTA DE RÁDIO E TV EDUCATIVAS, REALIZADA NO DIA ONZE DO MÊS DE DEZEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E QUATRO.

Aos onze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e quatro, às nove horas, realizou-se a Reunião Ordinária do Conselho Curador da Fundação Padre Anchieta - Centro Paulista de Rádio e TV Educativas, Presencial e por Videoconferência pela plataforma Zoom. O áudio da reunião foi devidamente gravado. Os Conselheiros que participaram eletronicamente serão considerados presentes na Reunião Ordinária do Conselho Curador da Fundação Padre Anchieta, para todos os efeitos legais. Participaram os seguintes Conselheiros: **ALDO VALENTIM, ANDRÉ LAHÓZ MENDONÇA DE BARROS, ANTONIA APARECIDA QUINTÃO, ANTÔNIO JACINTO MATIAS, CLEVERSON PEREIRA DE ALMEIDA** (Repres. do Reitor Mackenzie – Professor Marco Tullio Vasconcelos), **AUGUSTO RODRIGUES, BEATRIZ BRACHER, CARLOS WENDEL DE MAGALHÃES, EUGÊNIO BUCCI, EUNICE APARECIDA DE JESUS PRUDENTE, FABIO MAGALHÃES, FABIO ARRUDA MORTARA, GAUDÊNCIO TORQUATO, GIOVANNI REA, GUILHERME AMORIM CAMPOS DA SILVA, JOSÉ RENATO NALINI, LÍGIA MARIA CAMARGO S. CORTEZ, LILIA SCHWARCZ, LUCINÉIA ROSA DOS SANTOS, LUIZA HELENA TRAJANO, LUÍZA ROMERO DE MORAES, MARCO AURÉLIO CREMASCO** (Repres. do Reitor da Unicamp – Prof. Antonio José de Almeida Meirelles), **MARCOS MENDONÇA, MARIA ALICE SETÚBAL, MARIA HERMÍNIA TAVARES DE ALMEIDA, MARÍLIA MARTON CORREA** (Secretária de Estado da Cultura e Economia Criativa e Presidente do Conselho Estadual de Cultura), **MILTON FLAVIO LAUTENSCHLAGER** (Repres. do Presidente da FAPESP – Professor Doutor Marco Antônio Zaggo), **RAUL BORGES GUIMARÃES** (Repres. do Reitor da UNESP – Prof. Pasqual Barreti), **REGINA CÉLIA SANTANA** (Secretária Municipal da Cultura), **RENATA DE ALMEIDA, RENATO JANINE RIBEIRO** (Presidente da SBPC).

Conselheiros que justificaram ausência: **BIANCA BORGES, CARLOS GILBERTO CARLOTTI JR., CELSO NISKIER, CRISTINE TAKUÁ, DJAMILA TAÍS RIBEIRO DOS SANTOS, FERNANDO PADULA NOVAES, GABRIEL JORGE FERREIRA, MARIA IZABEL AZEVEDO NORONHA, MARIA HELENA GUIMARÃES DE CASTRO, RENATA MACHADO TUPINAMBÁ, RENATO FEDER, RICARDO RAMOS FILHO, SAMUEL KINOSHITA, VIDAL SERRANO NUNES JUNIOR.**

Após o item 3 da pauta, foram convidados para participar da reunião: **Cristiano Blumenthal, Edson Kawano, Enéas Carlos Pereira, José Roberto Maluf, Paula Cavalcanti, Paulo Ramos, Márcio Montagner, Nelson Faria**, membros da Diretoria Executiva e Auditoria Interna do Conselho.

PRESIDENTE (Fabio Magalhães) – Bom, bom dia a todos, vamos dar início a nossa última reunião de 2024. Foi um ano desafiador para nós, também com muitos resultados importantes, então essa vai ser uma reunião longa, nós termos uma pauta extensa e eu queria chamar a atenção também para duas coisas, uma da excelente reportagem que saiu na Folha de São Paulo, não sei se os Conselheiros viram sobre o livro da Bia Bracher, um livro, aliás, extraordinário, eu estou ainda a caminho do livro, estou lendo o livro ainda, mas que demonstra uma pesquisa muito importante seguramente de décadas em que trata de uns assuntos mais importantes da história brasileira, e curiosamente a fala do outro, a fala de quem viveu aqueles episódios, de maneira que é mais uma Conselheira nossa brilhando no mundo da cultura. E chamar a atenção também que no dia treze, depois de amanhã, a Lilia Schwarcz vai estar no programa Entre Linhas, que é um programa que tinha saído, houve um apelo desse Conselho para que ele voltasse, o programa, e o programa está com bastante resultado, e acho muito importante ter a Lilia, agora que é outra Conselheira importante na área também dos estudos da história da literatura. De maneira que nós temos tido sempre Conselheiros nossos brilhando na esfera cultural do nosso país.

MARIA ALICE SETÚBAL – Fabio, só uma observação que saiu uma..., também no Valor também sobre o livro da Bia Bracher, muito bom.

PRESIDENTE (Fabio Magalhães) – É verdade, isso mesmo. É que na Folha foram duas páginas com uma linda foto dela. Então muito bem, então nós vamos tratar da questão da Ata da reunião anterior em que

vocês receberam a Ata e o extrato, e eu queria por Ata em discussão e aprovar essa Ata porque eu tenho essa dívida de entregá-la para a Curadoria de Fundações, e eu então vejo que aqueles que estiverem de acordo permaneçam como estão, os que tiverem alguma a acrescentar que se manifestem.

GIOVANNI REA – Eu tenho a acrescentar.

PRESIDENTE (Fabio Magalhães) – Pois não.

GIOVANNI REA – Eu vejo..., comparando com as falas, foram suprimidos alguns trechos da Ata..., das falas na Ata. Então página..., um na página quinze e outro na página vinte e oito da Ata. Eu queria deixar registrado que esses trechos eu vou enviar por e-mail com cópia para todos e por isso que eu acuso como suprimidos.

PRESIDENTE (Fabio Magalhães) – Eu não entendi qual é o reparo que você faz.

LÍGIA CORTEZ – Foram suprimidos trechos de fala.

PRESIDENTE (Fabio Magalhães) – Foram suprimidos alguns trechos de fala que é o seguinte Conselheiro, eu peço a palavra, palavra para a fulano de tal, coisas que não tiveram consequências. Há inclusive uma fala do Rea, em que o Rea diz: Eu peço a questão de ordem, e ficou no ar, acho que não deu continuidade e nem mais o próprio Conselheiro insistiu nisso. Isso é absolutamente normal para as leituras da Ata, como também eu tiro os “né, tá,” uma série de coisas que são normais, corriqueiros e tem sido dessa maneira como nós redigimos a Ata. Tem mais alguém que tenha...

GIOVANNI REA – Presidente, desculpa, mas não foram questões coloquiais que foram suprimidas, tem um trecho de seis ou sete linhas que eu acusei que foram suprimidos, que eu fiz uma comparação porque para o meu acompanhamento pessoal, eu gravo o áudio na reunião aqui no meu computador, então eu fiz questão de acompanhar depois que eu recebi a Ata, eu coloquei um fone de ouvido e fui acompanhando trecho por trecho. Então eu não quero tomar o tempo dos senhores, mas eu mando por e-mail os trechos que foram suprimidos.

PRESIDENTE (Fabio Magalhães) – Então você envia e eu acrescento isso então como solicitação de um adendo à Ata. Mais alguma manifestação? (sem manifestações). Está aprovada a Ata. Matias quer falar?

ANTÔNIO MATIAS – Desculpa. A minha manifestação é de conforto com a qualidade da Ata, que eu acho que traduz muito bem a essência da reunião. Eu próprio fiz alguns comentários e que não constam da Ata, e me senti absolutamente confortável, porque eles não acrescentavam em relação aos temas que estavam sendo desenvolvidos. No meu caso particular, era simplesmente um reforço na proposta do Conselheiro Nalini. Então, eu estou bastante confortável com a Ata e com a sua aprovação.

PRESIDENTE (Fabio Magalhães) – Muito bem. Então está aprovada a Ata da reunião anterior e vou acrescentar a observação do Conselheiro Rea, e a observação do Conselheiro Antônio Matias. Então dando prosseguimento, nós discutimos bastante na reunião passada uma questão que nos impôs a Procuradoria e a Curadoria de Fundações, em que ela determina uma série de ações. Este Conselho adotou, nós cumprimos as decisões dela, eu entreguei um documento, porque há um prazo de trinta dias que terminava no dia cinco de dezembro. Ela faz a determinação, ela determina que os Conselheiros tomem conhecimento, que os Conselheiros se manifestem e mais ela não pede, ela pede uma manifestação do Conselho. Nós na reunião passada em frente a toda a documentação apresentada pelo Conselheiro Carlos, a proposta do Conselheiro Nalini, que depois foi amplamente discutido por vários membros desse Conselho, nós consideramos que não havia tempo e nem condições de decidirmos, e de nos manifestarmos na reunião passada. E eu quero encerrar este caso nesta reunião que estamos com essa pauta. Portanto, eu encaminhei à Procuradora que nós acatamos as determinações dela, as ordens dela, mas que a Ata ela só poderia receber depois de aprovada, de maneira que ela só receberá essa Ata amanhã ou depois de amanhã, já fora do prazo de trinta dias. Porém, dentro dos prazos de trinta dias, manifestei que nós atendemos a todas as questões, inclusive informei a ela que a manifestação seria na reunião de onze de dezembro. Portanto, do ponto de vista jurídico os prazos foram determinados e nós acatamos a determinação da Procuradora e da Curadora de Fundações. Guilherme, por favor.

GUILHERME AMORIM – Senhor Presidente, em primeiro lugar bom dia, bom dia senhoras Conselheiras, senhores Conselheiros. É exatamente isso senhor Presidente, nós temos um entendimento que depois que foi encaminhada essa informação à Promotoria de Fundações dando justamente conta de que as providências que foram solicitadas pela senhora Curadora de Fundações foram prontamente acatadas pelo Conselho Curador, nós temos uma consideração de que, portanto, a partir de agora o assunto está sendo tratado no âmbito das atribuições da Curadoria de Fundações, justamente, inclusive, a partir das

informações que foram prestadas por esse Conselho e pelo próprio Conselheiro Carlos Magalhães. Então, nós agora temos que aguardar de uma forma bastante serena, quais são as próximas providências que serão adotadas no âmbito da própria condução, que vem sendo providenciado pela Curadora de Fundações, no âmbito do procedimento que está instaurado por ela, e vamos aguardar a posição do Ministério Público. Eu acho que nesse instante nos cabe aguardar serenamente os próximos passos a serem adotados pela senhora Curadora de Fundações.

PRESIDENTE (Fabio Magalhães) – Algum outro Conselheiro quer se manifestar?

MARIA HERMÍNIA TAVARES DE ALMEIDA – Bom dia colegas, eu estou de pleno acordo com o encaminhamento proposto aqui pelo Guilherme, eu acho que nos cabe fazer é isso, é esperar. Agora, eu pessoalmente, acho, desejo, que esse caso seja solucionado da melhor maneira possível, o Carlos é uma pessoa valiosa para esse Conselho, eu acho que poucos aqui tem o currículo que ele tem na área da cultura, dos órgãos de gestão da cultura, então eu acho que, eu vou torcer para que a solução seja a melhor possível para nós do Conselho com a..., enfim, com a reintegração plena dele estar reintegrado. Mas, enfim, com um fim desse caso, que eu acho injusto e desagradável, mas eu acho que não nos cabe outra coisa senão esperar a decisão que será tomada fora daqui. Obrigada.

LÍGIA CORTEZ – Obrigada Maria Hermínia. Miton e depois a Neca.

MILTON FLAVIO LAUTENSCHLAGER – Eu também queria reiterar a fala da Maria Hermínia, eu acho que a decisão proposta pelo Jurídico me parece a mais adequada, a mais correta, nós cumprimos enquanto Conselho com a solicitação que nos foi feita pela Procuradora e, inclusive, na própria Ata constam várias manifestações que os Conselheiros deram em relação a importância que o Conselheiro Carlos tem tido aqui nesse Conselho, e para o melhor desempenho da nossa Fundação. Portanto, eu acho que nós juntamos as duas coisas, nós cumprimos as obrigações, as cobranças que nos foram feitas pela Procuradoria, e na própria Ata nós informamos a ela, e se ela tiver o trabalho de ler a Ata como um todo, do apreço que o Conselho tem pelo Conselheiro. Eu acho que para mim isso é substantivo, e daqui para a frente a bola está com ela, e ela resolve o que ela vai fazer, e a gente se houver alguma coisa, esperamos que não haja, a gente volta a pensar sobre isso.

LÍGIA CORTEZ – Obrigada Milton. Neca, por favor.

MARIA ALICE SETÚBAL – É só reiterar também as palavras do Guilherme, e também do que está colocado na Ata, o apreço que o Conselho tem pelo Conselheiro Carlos. Também gostaria de destacar toda a condução do Presidente do Conselho, que seguiu tudo que foi colocado pelo Ministério Público de forma muito transparente, desde o começo seguindo o que foi pedido, deixando todo o Conselho muito confortável nessa situação. Acho que não nos cabe aqui essa decisão, então eu estou muito tranquila de seguir o que foi colocado pelo Guilherme, e o que o Fabio está nos trazendo.

LÍGIA CORTEZ – Obrigada Luiza e depois Nalini.

LUÍZA ROMERO DE MORAES – Eu faço minha também as palavras da Neca, eu estou bastante tranquila, estava muito ansiosa em relação a essa situação toda, porque tenho o Conselheiro Carlos em alta conta, acho que é uma pessoa que sempre teve uma postura muito independente, que é uma pessoa que acredita nas coisas que ele defende, que ele argumenta e acho que tem uma contribuição valiosa para esse Conselho, e ao mesmo tempo tenho muita admiração também pelo Presidente Fabio, que soube conduzir com muita maestria essa situação toda. Como já falou a Maria Hermínia e o Guilherme, não cabe a nós agora, a decisão está nas mãos de outras pessoas, resta para nós torcer que seja a melhor decisão a ser tomada. É isso.

LÍGIA CORTEZ – Obrigada. Eu vou passar as palavras para o Nalini e depois para o Gaudêncio.

JOSÉ RENATO NALINI – Senhor Presidente, eu acho que essa proposta é a mais prudente, e é a proposta juridicamente correta. O Ministério Público tem atribuição de acompanhar a existência e o funcionamento das Fundações, isso é uma questão legal, então a Promotora está agora municiada da posição do Conselho, que serenamente neutra, com neutralidade, permite que ela cumpra as suas atribuições dentro do que a lei determina, então eu acho que é a mais prudente e a mais jurídica. Acompanho a V.Exa., e também cumprimento pelo equilíbrio e serenidade que conduziu uma discussão que poderia tensionar o Conselho.

PRESIDENTE (Fabio Magalhães) – Muito obrigado.

LÍGIA CORTEZ – Obrigada. Gaudêncio, por favor.

GAUDÊNCIO TORQUATO – Bom dia a todos. Primeiro, eu quero ressaltar o bom-senso do nosso Presidente Fabio Magalhães na condução dessa questão, e a minha palavra é apenas para endossar as expressões anteriores no sentido de aguardar, é hora de bom-senso. É apenas isso.

LÍGIA CORTEZ – Obrigada Gaudêncio. Eu também gostaria de fazer a consideração aqui. Acompanhando esse processo todo e muito de perto com o Presidente, eu ressalto todas as palavras faladas, o Fabio teve extremo cuidado, preocupação, zelo, para que todos ficassem confortáveis, como disse a Neca, mas que fosse também feito um processo que tivéssemos todos bem comunicados e amparados dentro de uma perspectiva justa. Eu fiquei muito admirada e eu gostaria de relatar isso. Janine, por favor.

RENATO JANINE – Bom, eu queria cumprimentar o Presidente Fabio e a Secretária Lígia pela condução serena de uma questão tão difícil, tão delicada, e considero realmente, eu concordo com a avaliação de que nós não temos condições de tomar uma decisão a respeito, até porque sendo um ofício da Curadora de Fundações, cabe a ela fazer o que acha necessário, mas não cabe a Fundação, ao Conselho Curador, tomar uma decisão a esse respeito. Eu acrescento em deferência ao Nalini, salvo melhor juízo, porque também não sou da área de direito, posso estar enganado, mas eu creio que é o procedimento mais sábio, inclusive para não nos colocar em uma situação extremamente vexatória em relação ao Conselheiro, companheiro nosso, vitalício, tudo isso. Quer dizer, acho que então o respeito a ele também determina que não tomemos nenhuma atitude açodada. Obrigada.

LÍGIA CORTEZ – Obrigada Janine. Acho que já tivemos as manifestações.

PRESIDENTE (Fabio Magalhães) – Então se todos estiverem de acordo com a proposta do Guilherme Amorim, mantenham-se como estão ou os que tiverem em desacordo, ou queiram acrescentar alguma coisa que se manifestem. (Sem manifestações). Então está aprovada e essa informação eu vou ver com o..., Guilherme, poderia redigir rapidamente, e a minha ideia é mesmo antes de aprovada essa Ata, eu quero também que vocês aprovem isso, para que eu não dê essa resposta para a Procuradora de Fundações, apenas em fevereiro que nós vamos aprovar a Ata, eu gostaria de ter desse Conselho também e se vocês estiverem de acordo, para poder encaminhar essa resolução junto com a Ata precedente, porque na verdade ela é uma conclusão da discussão anterior, chamo a atenção que nós tomamos um cuidado e isso incorpora todos os Conselheiros presentes, que nós em nenhum momento acenamos com qualquer tipo de julgamento ao Conselheiro, nós tratamos de uma questão que nos foi determinada pela Curadora de Fundações, e nós acatamos como sempre fizemos isso, as determinações da Curadoria de Fundações, até porque ela tem poderes suficientes para isso. Eu acho que nós tratamos com todo o respeito que o Carlos merece, e que a situação merece, então eu acho que não houve agravo nenhum, e assim eu dou por encerrado esse caso...

MARÍLIA MARTON – Presidente, só uma coisa, não é apenas encaminhar a Ata, vai ser feito um documento..., que falou de uma resolução.

PRESIDENTE (Fabio Magalhães) – Só essa resolução que ele leu que nós não temos...

MARÍLIA MARTON – Ah, é o documento dizendo..., um resumo daquilo que você acabou de falar. Está bom.

PRESIDENTE (Fabio Magalhães) – Você quer ler outra vez...

MARÍLIA MARTON – Não, não, não é isso, é que eu não tinha entendido que isso era o documento. É só isso.

PRESIDENTE (Fabio Magalhães) – Fica então aprovado, nós vamos dar sequência a isso. Eu vou então fazer uma interrupção um pouco da nossa reunião, porque agora eu vou convidar a Diretoria Executiva para participar da outra parte da reunião. Então...

MARÍLIA MARTON – Só uma outra coisa, hoje eu estou heim? Desculpa pela ordem. Eu queria antes de chamar a Diretoria Executiva, eu não vi na pauta nada falando sobre a eleição. A gente tem esse...

PRESIDENTE (Fabio Magalhães) – Em fevereiro que nós vamos falar sobre isso.

MARÍLIA MARTON – Mas fevereiro já não é a eleição para março?

PRESIDENTE (Fabio Magalhães) – Não, não, não, a eleição é em abril.

MARÍLIA MARTON – Você não quer só então..., alguém tem a ordem dos fatores? Só antes de chamar a..., desculpa Presidente, é que eu achei que a gente votasse em fevereiro para assumir em março. Desculpa.

PRESIDENTE (Fabio Magalhães) – Não, não, as datas são outras. No começo do ano nós iniciamos, então uma coisa muito interessante do Estatuto da Fundação Padre Anchieta, que ele foi criado pelo Abreu

dy

m

Sodré, eu gosto de repetir, porque a gente tem que prestar..., enfim, as homenagens a quem faz as coisas certas, no caso na TV Cultura, o Sodré teve uma visão aberta, democrática, independente, e depois foi melhorada ainda, acrescentada na abertura com o André Franco Montoro, e uma das coisas interessantes que o Estatuto prevê é eu nós temos eleições anuais, porque os mandatos são de três anos no caso dos eletivos, então a cada três anos nós elegemos um terço, portanto, nós temos sempre gente nova, mas nunca perdemos a experiência, então é uma renovação muito interessante que todo ano nós renovamos esse quadro, e esse quadro mantém sempre a novidade e a experiência, então foi uma proposta estatutária muito interessante e que nós seguimos. Os Conselheiros que infelizmente não poderão ser reconduzidos e são Conselheiros da maior importância como todos, mas é uma pena, Matias é um Conselheiro que não pode, a Bia Bracher não pode ser reeleita, o Guilherme Amorim não pode ser reeleito, o Marcos Mendonça não pode ser reeleito, e os que podem ser conduzidos, o Giovanni Rea e Maria Hermínia podem ser reconduzidos, ou seja, cada Conselheiro pode...

MARÍLIA MARTON – A Neca pode ser reconduzida.

PRESIDENTE (Fabio Magalhães) – A Neca pode ser reconduzida, é verdade.

MARÍLIA MARTON – Então é o Giovanni e a Maria Hermínia.

PRESIDENTE (Fabio Magalhães) – Sim, e a Maria Hermínia. Então três não podem e três que podem.

MARÍLIA MARTON – Então tem quatro vagas que vão ser novos nomes.

PRESIDENTE (Fabio Magalhães) – Quatro vagas que vão ser novos nomes. O procedimento é o seguinte, todo Conselheiro pode sugerir nomes, nomes para serem eleitos, todos os Conselheiros, mesmo os natos podem sugerir, mas quem indica são apenas..., o Estatuto diz, são os Conselheiros eletivos, porque quem são substituídos são os eletivos. Essa é outra coisa interessante porque esse equilíbrio entre os natos que são as instituições e os eletivos que são a sociedade. Então, portanto, como são os natos que os mandatos não têm prazo, porque se ele continua à frente da Instituição, ele continua representando a Instituição. No caso dos eletivos eles têm prazos. Portanto, o Estatuto prevê que só os eletivos indicam os eletivos, e essa indicação precisa de oito votos, tem os prazos para isso, e a Miriam está..., eu posso passar para todos os Conselheiros, mas ela vai iniciar o processo eletivo no ano que vem, normalmente é assim, quer dizer, fevereiro e nós falamos...

MARÍLIA MARTON – Mas fevereiro é eleito.

PRESIDENTE (Fabio Magalhães) – Não, não, não, a eleição é em abril.

MARÍLIA MARTON – Ah, a eleição então é em março para assumir em abril.

PRESIDENTE (Fabio Magalhães) – Não, os mandatos, eles terminam no final de abril e no final de junho. O meu mandato, por exemplo, eu não posso ser reeleito, eu cumpri já dois mandatos, e o Estatuto diz que a minha reeleição é vedada. Portanto, é a discussão também do cargo de Presidente do Conselho. Outro cargo que pode por sua vez ser reeleito...

LÍGIA CORTEZ – Desculpa, só um pouquinho, só gostaria de falar, que o Nalini está saindo, mas ele pediu, avisou antes que tem uma reunião importantíssima. Obrigada Nalini.

PRESIDENTE (Fabio Magalhães) – Está bom, obrigado Nalini. Então precisa de oito Conselheiros para fazer a indicação. Tendo oito Conselheiros que assinam aquela indicação, essa indicação se efetiva, ou seja, entra na cédula para nós votarmos nele. Os Conselheiros votados, eles precisam da maioria mais onze, precisam de vinte e quatro votos para serem eleitos, e esse processo nós, por exemplo, sempre estabelecemos critérios, nós tivemos um critério já nas últimas eleições com predominância para a questão de gênero, para a questão..., enfim, toda uma questão discutida aqui e nós trouxemos, eu acho, que pela primeira vez na história da Fundação, nós trouxemos a presença de dois representantes dos povos indígenas, e ampliamos muito a presença feminina e a presença negra neste Conselho. Isso era, digamos assim, uma orientação mesmo de procurar, e eu acho que essa contribuição mudou muito o espectro do Conselho. Mas mesmo assim, dentro disso, nós temos outros critérios que também funcionam também dentro da questão feminina, de gênero e etc., que é a questão de preencher as diversas áreas, nós temos pessoas ligadas ao cinema, pessoas ligadas ao teatro, pessoas ligadas à literatura, pessoas ligadas à educação, pessoas ligadas a área jurídica, a área administrativa, então isso compõe um Conselho que pode dar um suporte abrangente à Diretoria Executiva, que trabalha nessa área. De maneira que isso nós vamos discutir intensamente como sempre fizemos na primeira reunião de fevereiro.

LÍGIA CORTEZ – O Carlos pediu...

MARÍLIA MARTON – Mas antes só para eu finalizar, porque a minha pergunta não foi respondida que são as datas. A gente está falando sobre a diversidade, a gente já teve essa discussão, enfim, inclusive na época na primeira participação do Governo, a gente também propôs diversidade, o Conselho acatou, Aldo Valentim é membro aqui, agora a pergunta são as datas. Só para a gente ter clareza e o Conselho saber, não aparecer votação no meio de janeiro, que ninguém está entendendo o que é, mas eu só queria saber as datas. Qual é a data?

PRESIDENTE (Fabio Magalhães) – Então, a data está aqui, a data da convocação é 28 de fevereiro e a data da eleição é 12 de março.

MARÍLIA MARTON – Então no dia 28 de dezembro desse ano você tem que fazer a convocação...

PRESIDENTE (Fabio Magalhães) – Fevereiro.

MIRIAM – 28 de fevereiro ele vai fazer a convocação... (0:28:46 – inaudível).

PRESIDENTE (Fabio Magalhães) – Março que vai vencer em abril e junho, não é isso?

MIRIAM – E aí junho o senhor convoca... (0:29:05 – inaudível)

MARÍLIA MARTON – Não, elas não são juntas, elas são separadas, é isso também?

MIRIAM – É.

PRESIDENTE (Fabio Magalhães) – Outra coisa é o seguinte...

RENATO JANINE – Presidente, eu posso fazer um pequeno esclarecimento?

LÍGIA CORTEZ – Pode sim, mas esse assunto o Carlos também pediu a palavra. Carlos, o Janine pode falar a esse respeito, ou você gostaria de falar agora?

CARLOS WENDEL DE MAGALHÃES – Eu.

LÍGIA CORTEZ – Ok. Então Janine, com licença, Carlos pode falar.

CARLOS WENDEL DE MAGALHÃES – Não, até se alongou para essa questão. Primeiro muito bom dia a todos, a minha palavra é uma palavra de agradecimento, ainda relativo ao tema da solicitação da Curadoria de Fundações, agradecimento as diversas manifestações dos Conselheiros e como o processo, enfim, foi conduzido pelo Conselho. Eu agradeço a cada um de vocês.

LÍGIA CORTEZ – Obrigada.

RENATO JANINE – É só um pequeno esclarecimento, entre os oitos que precisam subscrever candidaturas, incluem-se também os Conselheiros Vitalícios. Eu estava olhando, é o artigo 11, parágrafo segundo, não são apenas os eleitos, quer dizer, quem não pode subscrever somos nós, são os natos como eu, e metade praticamente do Conselho, nós podemos, como o Presidente Fabio disse, fazer sugestões, não podemos, não contamos no número de oito para submeter e efetivar uma candidatura, mas os Vitalícios podem.

PRESIDENTE (Fabio Magalhães) – Eu vou procurar encaminhar isso com mais detalhes para todos os Conselheiros através do e-mail ainda essa semana, ou no começo da próxima semana.

MARÍLIA MARTON – Apenas também só para deixar bem claro, são dois momentos separados né Fabio?

PRESIDENTE (Fabio Magalhães) – Não necessariamente.

MARÍLIA MARTON – Não, mas eu acho que a gente precisa discutir isso também porque eu fiquei surpresa... (0:31:11 – inaudível). Não, uma da votação do Conselho e uma votação da nova diretoria. Porque já houve aqui no passado uma junção das duas coisas. Eu acho que isso não é saudável, e acho que isso atropela o processo eleitoral que está no Estatuto, já que você fez aqui uma menção ao brilhante Estatuto que essa entidade tem. É só para deixar isso bem claro, porque para não chegar em janeiro que todo mundo está..., eu não tiro férias infelizmente ou felizmente, mas as pessoas na sua maioria não estão, e são avisadas que o processo muda em cima da hora.

PRESIDENTE (Fabio Magalhães) – Muito bem, eu não vejo problema nisso também, mas o fato é o seguinte, os Conselheiros que estão, os Conselheiros votam nesse processo, eles votam...

MARÍLIA MARTON – Não, tudo bem, porque eles estão a setenta dias antes.

PRESIDENTE (Fabio Magalhães) – Pois é, porque o mandato só termina já com os outros eleitos, para que não haja vazio no Conselho. Então os Conselheiros que não podem ser reeleitos, votam nos novos Conselheiros, e votam na Presidência nesse caso...

MARÍLIA MARTON – Não, não votam, não votam, porque oh, eu vou fazer a conta aqui. Se dia 28 de fevereiro tem 60 dias antes do vencimento, a realização da reunião vai ser dia 12 de março, ok? 12 de março para que eles sejam empossados novos em abril. Se a eleição da nova diretoria é 13 de junho, significa que tem que ser com 60 dias antes. Então na reunião de abril é convocada a eleição, então ela acontece em maio, maio já é a nova..., tem que ser 30 dias ao término, então não são os Conselheiros

atuais que votam na nova diretoria, quem vota na nova diretoria são os de maio que já estarão empossados. Só se alguém aqui me explicar a matemática um pouquinho diferente do que eu estou entendendo aqui. Não sei, eu estou olhando pelo o que vocês me entregaram.

PRESIDENTE (Fabio Magalhães) – Bom, eu vou me certificar disso, e de qualquer maneira eu vou pegar todas essas indagações e todo esse processo, eu não estava prevendo isso para a discussão de hoje, estava prevendo para a discussão de fevereiro...

MARÍLIA MARTON – É, isso foi falha minha.

PRESIDENTE (Fabio Magalhães) – Falha não, é uma contribuição sua, ao contrário. Então eu já aviso vocês ainda nessa semana ou na semana que vem, mostrando para todos os Conselheiros toda essa previsão.

LUIZA TRAJANO – (0:33:51 - inaudível)

PRESIDENTE (Fabio Magalhães) – Isso, eu vou passar um cronograma porque tem duas coisas, tem duas datas, tem a data de eleição e tem a data do término do mandato.

MARÍLIA MARTON – São quatro datas na verdade.

LUIZA TRAJANO – Depois tem a da eleição do Presidente né?

MARÍLIA MARTON – São quatro datas distintas, a Luiza está certa.

PRESIDENTE (Fabio Magalhães) – Pois é, eu vou ver isso direitinho no Estatuto, e nas datas em que os Conselheiros estão assumindo o seu mandato, quer dizer, estão terminando o seu mandato, com a data que eles assumiram o mandato. Isso, essa explicação nós já demos inclusive recentemente para a Curadoria de Fundações, isso é acompanhado inclusive pela Curadoria de Fundações. Muito bem...

LÍGIA CORTEZ – O Conselheiro Giovanni Rea gostaria de falar.

GIOVANNI REA – Obrigado. Presidente, se o senhor me permite, eu acho que a questão trazida pela Secretária, ela é importante pelo seguinte, se antecipar a eleição, a votação para a mesa diretora do Conselho Curador e para a Diretoria Executiva, na minha opinião, na minha visão, os Conselheiros cujo os mandatos terminam antes do término dos mandatos da mesa diretora e da diretoria executiva, estariam votando, elegendo por um prazo, por cargos cujo os mandatos deles já teriam terminado, então outro ponto é que nós estamos tratando de escrutínios distintos, nós estamos tratando de um escrutínio para preenchimento de cadeiras do Conselho Curador, e o outro escrutínio é de cargo dirigente, da Diretoria Executiva, da mesa diretora do Conselho Curador. No entendimento, e acho que até para evitar e alongar qualquer outro tipo de discussão, são votações, são eleições que devem acontecer separadamente em momentos oportunos respeitando os prazos.

LÍGIA CORTEZ – Ok, obrigada. Vamos concluir esse assunto para continuar a pauta.

PRESIDENTE (Fabio Magalhães) – Eu vou passar a ele todas as informações...

LUIZA TRAJANO – (0:36:37 – inaudível).

PRESIDENTE (Fabio Magalhães) – Exatamente, inclusive respondendo as indagações tanto do Rea quanto da Secretária, de maneira que isso...

LUIZA TRAJANO – (0:36:54 – inaudível).

LÍGIA CORTEZ – Vamos checar o Estatuto e ver como que isso se desenvolve. Muito obrigada Giovanni, obrigada Secretária, vamos então voltar a nossa pauta.

PRESIDENTE (Fabio Magalhães) – Vamos interromper a reunião, vamos agora convidar a Diretoria Executiva para participar da reunião. Eu pedi a Miriam que convide o Presidente da Diretoria Executiva. Então vamos voltar a fazer um pequeno recreio outra vez. (Pausa na reunião).

LÍGIA CORTEZ – Seja bem-vinda Conselheira Lucinéia. Podemos dar continuidade então a nossa pauta?

PRESIDENTE (Fabio Magalhães) – Tem uma pauta extensa ainda. Vamos Lígia. Atenção, acabou o recreio gente.

LÍGIA CORTEZ – Nós vamos agora seguir a pauta para o item quatro, Informações Financeiras, Auditoria Interna. Márcio.

MÁRCIO MONTAGNER – Bom dia senhoras Conselheiras, senhores Conselheiros, representantes da mesa, eu vou fazer a nossa última apresentação do ano referente aos números financeiros. Então nós incluímos mais alguns dados referente ao que nós tínhamos apresentado nos últimos períodos, ok? Bom, o primeiro dado que nós temos aqui é o fluxo de caixa. O fluxo de caixa nós não tivemos movimentações referente para outubro real, que impacte no nosso projetado para o nosso final de ano. Então nós finalizaremos o nosso final do ano em quatro milhões. Outubro real é fechado Doutor para o mês de outubro já, com as movimentações de outubro. Nós apresentamos setembro no mês passado, e para a

Jcy

th

avaliação de outubro, não houve nada de excepcional que mexa nos valores, então uma coisa que o Senhor tem que se ver também, como já foi comentado, nós começamos o ano com dezoito milhões e a perspectiva nossa, é uma finalização de quatro milhões, então há uma degradação dos valores do nosso fluxo de caixa, demonstrando a perspectiva que foi difícil do nosso ano durante esse período, ok? Alguma pergunta? (sem manifestações). Aí nós temos a demonstração do resultado fechada em outubro, aonde todos esses números eles aparecem na demonstração que o Paulo vai fazer posteriormente referente ao orçamento. Então o que impactou aqui nessa melhora? Nesse quadro aqui que foi apresentado, o mês passado nós tínhamos fechado até setembro com um projetado do ano com dezessete milhões e setecentos. Aqui nós temos fechado até outubro, com uma perspectiva de projetado no ano de quatorze milhões e duzentos. Houve uma melhora de três milhões, quatrocentos e sessenta. O que ocorreu, quais foram os eventos que geraram essa melhora? Foram..., o resultado, o resultado fechado, óbvio que a gente tinha aqui outubro que ele estava orçado aqui. Aqui ele já é o real, então quer dizer, já entraram as novas movimentações de outubro, efeitos de subvenção de investimento, depreciação, provisão para devedores duvidosos, serviços voluntários, demais provisões e outros itens não monetários. Então ao somarmos todos esses itens, nós temos uma melhora referente a nossa DRE em três milhões, quatrocentos e sessenta.

ANDRÉ LAHOZ – Eu acho que deve estar claro para todo mundo que aqueles números em parênteses são negativos, então a gente sai de um negativo de dezessete para um negativo de quatorze. Portanto, uma melhora de três milhões e meio. Acho que, enfim, esse é o ponto desse quadro.

MÁRCIO MONTAGNER – Aí nós fizemos uma coisa nova que eu acho que não tinha sido apresentado no Conselho. Fizemos alguns indicadores de liquidez aplicando a fórmula corrente em cima do nosso balanço de outubro, para demonstrar como nós estamos na data de hoje, qual é o nosso raio x. Só que o que nós fizemos? Nós tiramos dos índices como passivo circulante, valores da folha de pagamento e elas estão contabilizadas lá, elas estão provisionadas, só que nós recebemos a dotação, nós contabilizamos essa dotação como regime de caixa, então essas dotações elas não estão no nosso ativo, então isso gera uma divergência, fica descompensado, você tem o ativo mais pesado, perdão, o passivo mais pesado do que o ativo. Então fizemos esse trabalho de expurgo para deixar o número mais próximo do possível da realidade. Então na liquidez corrente nós temos que, como é um valor maior que um, ele indica que a FPA consegue honrar as suas dívidas no curto prazo. Aí qual vai ser a diferença da liquidez corrente com a liquidez imediata? A liquidez corrente ela inclui o valor do contas a receber. Agora a liquidez imediata, é todo o meu disponível dividido pelo passivo circulante também. Esse meu disponível ele engloba caixa, contas bancárias, aplicações financeiras, então quer dizer, se eu precisar de alguma coisa emergencial, é o que eu tenho na mão para poder fazer e quitar as minhas obrigações no momento, e nesse momento aqui da liquidez imediata nós temos zero quarenta, então isso significa que nós temos 40% dos recursos para arcar com os pagamentos, inclusive os emergenciais, que com aquele dinheiro eu consigo realizar nesse momento no curto prazo. Aí nós colocamos aqui também a liquidez geral. A liquidez geral ela já engloba valores para longo prazo, então deu um valor de 1,65 e como é um número maior que um, a FPA hoje possui um capital suficiente para arcar com todas as obrigações. Então analisando o balanço dessa forma nós temos esse raio x com esses indicadores. Algum comentário, alguma coisa...? Curto prazo geralmente é um ano, curto prazo é um ano. Pois não.

FABIO MORTARA – Só uma rápida dúvida, como é que esses índices se comparam com Fundações, a gente tem alguma forma de comparar?

MÁRCIO MONTAGNER – Não, o ideal seria a gente fazer uma comparação com o ano passado, como nós estávamos em outubro de 2023, e como nós estamos em outubro de 2024. A minha pretensão é que pelo fechamento do balanço de dezembro, nós façamos dezembro de 2023 auditado pela PWC, e dezembro de 2024 auditado pela eventual empresa de auditoria que virá. Eu acho que é isso e depois a gente pode até tentar ver para poder fazer esse comparativo que o senhor comentou.

ANDRÉ LAHOZ – Eu acho uma ótima sugestão, desculpe eu ir comentando aqui tá gente, eu acho uma ótima sugestão, e a gente estava querendo mesmo dar uma olhada com mais cuidado isso, e vamos tentar achar comparativos, e daí a gente tenta trazer nas próximas reuniões.

MÁRCIO MONTAGNER – Está anotada a sugestão.

LÍGIA CORTEZ – Luíza.

LUÍZA ROMERO DE MORAES – Eu queria entender, o cenário, o retrato é aquele instante, o nosso instante não é bom, mas há perspectivas, resumidamente é isso?

MÁRCIO MONTAGNER – Não, esse é o nosso raio x de como nós estamos, nós temos..., porque em uma a gente está falando em fluxo de caixa, eu preciso de dinheiro hoje, nós temos 40%..., se a gente fosse precisar fazer alguma coisa hoje, nós temos 40% de todas as dívidas. Aí se a gente somar a parte do contas a receber, e mais esses que é o nosso disponível, aí nós temos aí 1,29 que é um valor acima de um, que é um valor ideal para a gente poder pagar os nossos eventuais passivos.

LUÍZA ROMERO DE MORAES – Contas a receber a gente está incluindo aí a perspectiva do dinheiro que vem de orçamento ou de recurso próprio.

MÁRCIO MONTAGNER – É sempre o que está contabilizado, contas a receber é o que está no balanço, é o que está contabilizado, eventualmente esse valor pode mudar, e até o final de dezembro pode mudar, até o final de dezembro pode ocorrer muitas coisas. A gente fechou outubro, nós temos ainda novembro, temos ainda dezembro, por isso que depois eu acho ideal nós fazermos dezembro desse ano, com dezembro do ano passado, para a gente ter o raio X ideal para poder ver o que modificou isso. Podemos? Aqui, receita publicitária, foi feito um estudo em cima da receita publicitária, e o que é interessante aqui? Entre 2023 e 2022 nós ultrapassamos 52% da meta, 2024 e 2022, 58% da meta, 2024 para 2023, 3.8 da meta acima, aí em 2024 nós estamos 14% abaixo da nossa meta, sendo que nós temos uma meta até outubro de trinta milhões, e nós realizamos até outubro vinte e cinco milhões, sendo que temos aí abaixo da meta quatro milhões e quatrocentos. Aí vem a explicação do porquê disso. Aqui eu montei um gráfico para poder mostrar, e aqui a partir de março, foi aonde a gente conseguiu, foi aonde nós ficamos abaixo dessa meta, isso é para os senhores poderem ter uma visão. Então azul é a meta, estamos acima da meta até março e a partir de março nós ficamos abaixo. Qual a explicação disso? O impacto a partir de abril de 2024, foi devido à queda de audiência, a retração do mercado publicitário na TV aberta, e devido a rumores de instauração de CPI da FPA, isso impactou também, ok? Aí a gente tem o seguinte que é o detalhe mais importante, a nossa meta comercial de 2024 foi trinta e seis milhões, ela foi agressiva, extremamente agressiva, porque quando compararmos isso com a meta de 2023, que foi vinte e cinco milhões, ela simplesmente cresceu 43%. Então a gente está um pouco abaixo, mas a gente tem com vencimento de meta de 43. Então o cenário não está tão ruim quando a gente olha aquele gráfico anterior, que foi uma coisa muito agressiva. E a expectativa para dezembro é que ocorra o fechamento entre 9 e 10% abaixo da nossa meta anual, mesmo a nossa meta sendo agressiva, provavelmente a gente vai ter um crescimento, porque uma meta de 43% com o mercado do jeito que está é realmente...

MARIA HERMINÍIA TAVARES DE ALMEIDA – Posso fazer uma pergunta de quem não entende? Como é que se estabelece a meta?

MÁRCIO MONTAGNER – Quem estabelece é o pessoal do comercial, o João está aí? Assim ele poderia falar alguma coisa.

JOSÉ ROBERTO MALUF – Olha, na verdade a Diretoria faz um orçamento geral, e vê as necessidades, e vê o máximo possível que vai buscar nesse item chamado publicidade. A Diretoria Comercial chora toda vez, ela quer diminuir a meta e nós queremos aumentar a meta, então temos essa dificuldade interna que é discutida com o Paulo, comigo, com o Enéas e com o João Almeida, que é o Diretor Comercial.

ANDRÉ LAHOZ – Com a apresentação do Paulo, eu acho que vai ficar mais claro essa questão do nosso faturamento publicitário, como ele vem evoluindo, a minha sugestão é que a gente concentre depois que a gente tem uns quadros históricos ali que são bons.

PAULO RAMOS – Eu queria também fazer um comentário de que existe um referencial, nós temos uma referência do Ibope, do chair que é participação de mercado, e nós temos também uma referência de toda a verba publicitária que ela está disponível no mercado. Então existe uma referência que o nosso chair perante a essa verba publicitária disponível no mercado, que nos dá um norte de quanto nós teríamos de direito, vamos dizer assim, de correr atrás desses recursos. Obviamente que a gente leva em consideração o ganho de chair no mercado, por exemplo, a gente tem apresentado aí um crescimento importante, nós estamos tendo um ganho de chair em função desse crescimento de 25 para 36 milhões, mas a gente entende ainda que existe um espaço para a gente percorrer por causa que o nosso chair perante a verba disponível no mercado, nos dá essa oportunidade.

MÁRCIO MONTAGNER – E um outro detalhe importante, o Fórum de Auto-regulamentação do mercado publicitário por meio de um estudo, apurou que o mercado reduziu 16% do segmento da TV aberta, mas

houve..., olha que dado interessante, mas que houve crescimento em investimentos no varejo e bets, onde nós não podemos atuar.

JOSÉ ROBERTO MALUF – Não, nós não queremos, não queremos.

MÁRCIO MONTAGNER – Ou não queremos, não podemos, jamais faremos, então quer dizer, o único setor que subiu é aonde nós não vamos atuar de jeito nenhum. Isso é um dado hiper, mega importante.

JOSÉ ROBERTO MALUF – E as televisões abertas comerciais estão todas nas bettings. Ou próprias, ou em comum acordo com empresas já existentes. E nós não faremos, portanto nós teremos dificuldade nesse relacionamento, está ok?

MÁRCIO MONTAGNER – Sim. Podemos continuar? Agora aqui eu fiz um levantamento juntamente com o Enéas, de quais são os programas que tem um maior faturamento vindo da nossa Área Comercial. Temos aqui o Jornal da Cultura em primeiro, o Jornal da Tarde em segundo, o Roda Viva em terceiro, aí depois vem o Cartão Verde, Negros em Foco e Metrópolis. Esse quadro de faturamento é de janeiro a nove dezembro, ele representa 25 milhões, sendo que o nosso total arrecadado é 30 milhões, e essa diferença desses 5 milhões, ela está diluída em vários outros programas. Então eu acho até interessante, porque na minha cabeça o Roda Viva seria o top né, mas aí o Jornal da Tarde é até maior em termos de faturamento que o Roda Vida.

JOSÉ ROBERTO MALUF – Só um complemento. O nosso maior horário de programação é infantil, onde a publicidade é baixa ou nenhuma, é uma missão social da Rádio e TV Cultura, que tem que cumprir com essa entrega de programação para crianças de famílias que não tem possibilidade de ter acesso a streaming, a televisão paga e etc. Obrigado.

MÁRCIO MONTAGNER – Esse slide daqui eu vou passar porque está na apresentação do Enéas, aí eu vou mostrar esse quadro aqui que é o quantitativo de mão-de-obra por modalidade. Nós vemos que em outubro de 2023 nós tínhamos 1.852 colaboradores no total entre CLT, prestadores, estagiários e eventuais, e agora o raio x para outubro nós estamos com 1.699, se vocês verem a variação durante o ano, essa aqui é a menor variação, é o menor número e quantidade de funcionários que nós temos nesse período. Então aqui nós temos CLT – 747, estagiários – 93, prestadores de serviço – 490 e eventuais 367 funcionários.

JOSÉ ROBERTO MALUF – Só lembrar que os 367 são relativos a contratos com terceiros que uma vez terminados, eles também deixam de existir. Quero lembrar isso, não se esqueçam. Obrigado.

MÁRCIO MONTAGNER – Aí fizemos um outro estudo referente ao valor das horas extras pagas, e esse estudo nós temos aqui as três principais áreas, a produção, redes de novos negócios e a área técnica, correspondendo a um milhão, seiscentos e vinte e três, duzentos e vinte e nove mil e seiscentos e cinquenta e quatro mil, com o pico em novembro de trezentos e quarenta e em junho de trezentos e setenta e sete. Aí nós exploramos esses maiores índices da seguinte forma. Aqui a gente consegue enxergar o pico de junho e o pico de novembro, a variação mensal que houve e aqui estão as explicações. Dentre as explicações gerais, temos os valores mensais, eles estão dentro da média histórica, e no quadro nós temos uma diminuição de equipe. Agora as explicações das Diretorias. A Diretoria de Produção ela é composta pelas áreas de Operações e Produção, aonde há o maior número de colaboradores, e o que ocorreu em junho que foi o maior impacto que vocês viram? Foram realizados dois grandes eventos relativos aos 100 anos do TCE, com apresentações na São Paulo e no Memorial da América Latina, e em novembro foram realizados programas Bem Brasil Especial e final do Prelúdio. Lembrando também que essas equipes, elas têm uma carga horária de seis horas de trabalho, o que acaba gerando também o valor maior de hora extra pela quantidade pequena. Diretoria de Rede, as horas extras elas foram focadas pelas apresentações da Jazz sinfônica e trabalhos na Câmara, na TV Câmara. TI – Tecnologia de Informação, foi explicado que houveram três feriados em novembro, que demandaram 100% de horas extras para todas as equipes, os técnicos de áudio, vídeo e elétrica participam de gravações de externas de jornalismo, de trabalhos de produção dos programas Prelúdio, Balaio, (1:02:14 – inaudível) com transmissões também das Rádios e futebol, e geralmente também eles recebem o limite das seis horas, então o que também impacta muito, é esse limite dessas seis horas de trabalho. Esse slide é um dado interessante que a gente nunca passou para vocês: Qual é a disponibilidade de sinal para as nossas cidades, para as nossas redes? Nós temos o principal aqui que nós conseguimos ligar 94.5%, que foi o pior índice disponibilidade, gerado pelo furto e vandalismo na estação, e depois os outros vem na casa dos 98%, furto, vandalismo e falta de

mf

mf

energia, aí assim, as três principais causas são essas. Acho que esse é um dado interessante que nós nunca apresentamos isso ao Conselho. Algum detalhe, algum complemento Nelson em relação a isso, por favor?

NELSON FARIA – Eu acho que é importante comentar que nós temos 214 retransmissoras em São Paulo. Aí nós temos por volta de 10 ou um pouco mais que tem tido algum problema, realmente o caso da energia, que é impossível se prever, e também não há como colocar gerador em todas essas retransmissoras, mas de qualquer jeito praticamente dos 214, 200 nós tivemos 100% de permanência durante o ano inteiro atendendo aí a nossa obrigação de cobrir as cidades. Então, estamos em uma quantidade muito pequena de problemas. Tem havido realmente um crescimento de furto, no caso de Marília, foram vinte dias para poder recuperar, porque é o problema..., enfim, de drogas, as pessoas invadem e roubam e não é só da TV Cultura, a gente só está levantando a Cultura, mas as outras emissoras também têm sofrido isso.

MÁRCIO MONTAGNER – Obrigado Nelson. Então, continuando. Quais foram as realizações de (1:04:20 – inaudível), os destaques, foram: inteligência artificial, utilização de software de inteligência para a recuperação de materiais danificados do acervo, serão realizados testes de dublagem em outros idiomas e a criação de perfis de voz personalizada. Desenvolvimento do aplicativo Cultura Play, desenvolvimento para o Fast Channel, permitindo colher dados para o direcionamento de propaganda diferenciada para cada usuário, aquisição de quatro mesas de áudio para os estúdios de captação das Rádios Cultura FM e Cultura Brasil, que gerou uma melhora da qualidade sonora, aumento (1:05:00 – corte no áudio), então dentre todas as inovações que foram feitas em TI, nós destacamos essas três para apresentar para os Conselheiros. Redes e Novos Negócios, quais são os destaques? Já está no final gente. Expansão das redes afiliadas, houveram novas emissoras afiliadas em São Paulo, Rio, Minas Gerais, Ceará, Roraima, onde incorporaram mais de vinte milhões de habitantes ao potencial de alcance do sinal da TV Cultura e na TV Aberta. A TV Ra-Tim-Bum, ela está com hoje na sua base com sete milhões e em 2023 ela registrou cinco milhões, mas nós temos uma perspectiva de estagnação no crescimento, tivemos um crescimento, mas com expectativa de estagnação. TV Câmara, nós participaremos do processo licitatório de renovação de contrato de prestação de serviço, para a operação da Rede Câmara, e o certame deverá ocorrer entre os meses de dezembro de 2024 e fevereiro de 2025. Univesp, aumento do número de alunos para vinte e cinco mil e oitocentos, tendo hoje ao todo mais de oitenta mil novos alunos, ok? Para finalizar o Compliance, quais são os destaques...

LUIZA TRAJANO – Só um minutinho. É muito importante pegar a Univesp, porque são pessoas mais jovens, já está sendo negociado, é isso?

JOSÉ ROBERTO MALUF – Não, a Univesp é um contrato antigo anterior a nossa gestão, e que tem sido renegociado e feito esse canal, ele é 24 horas por dia. Olha, é o seguinte, nós temos quatro canais, o 2.1 ao 2.4, estão praticamente todos prontos, mas estamos negociando com outra rede de televisão, porque apareceu um quinto canal aí, e nós vamos sublocar de uma outra rede de televisão. Depois eu dou explicações.

MÁRCIO MONTAGNER – Agora o último quadro: Quais foram as realizações do Compliance? Criação, implantação e divulgação do canal de ética com anonimato e inserção no site da FPA, participações nas edições do RHTV, que é um acesso que todos os funcionários tem pela intranet da TV, para poder acessar diversas produções internas, abordando os seguintes temas: Programa de Compliance, canal de ética, incentivo ao uso do canal como brindes (1:07:44 – inaudível) do canal, política sobre brindes, presentes e hospitalidades, e não poderia faltar assédio moral e sexual. Houve também ciclos de treinamento de Compliance para a liderança dos colaboradores sobre prevenção ao assédio moral, discriminação e assédio sexual entre outros assuntos, então a gente está fazendo um trabalho interno em relação a isso, e houve a avaliação e apuração de 22 casos recebidos, aí nós abrimos aqui para não ficar dúvida do que gerou essas apurações dos canais. Os casos procedentes são relacionados a simplificações comportamentais, descumprimento de regras básicas da empresa, e desrespeito pontual entre colaboradores e uso indevido da marca. Casos como assédio e discriminação, foram considerados improcedentes por falta de retorno do denunciante, evidências, informações relevantes, testemunhas, inépcia da denúncia dentre outros motivos. Agora para finalizar, não há registro de casos relacionados a fraude, suborno, corrupção, conflitos de interesse e ou qualquer incidente que possa aferir os princípios éticos e integridade da FPA. Então esse é o resumo do Compliance, e eu achei que a gente precisava abrir essas apurações para ficar claro o que foi feito, e eventualmente depois melhores esclarecimentos com a

Doutora Melissa, como ela está de licença, ela poderá retornar aqui para o Conselho, para poder ser explorado dentre esses assuntos. Então é isso.

LUÍZA ROMERO DE MORAES – Aproveitando pergunto: a Melissa está de licença maternidade e esse período vai ficar sem ninguém no Compliance ou vai ter...

JOSÉ ROBERTO MALUF – A Helena está respondendo por ela.

LUÍZA ROMERO DE MORAES – Ah, está bom, é que eu ainda não tive a oportunidade de conhecê-la.

JOSÉ ROBERTO MALUF - Helena Kano, tá.

LÍGIA CORTEZ – Olha, parabéns, excelente a apresentação, com os novos insumos para nós, muito obrigada. André, você teria alguma coisa a acrescentar?

ANDRÉ LAHOZ – Eu passaria direto para o Paulo que é o orçamento, acho que é o mais urgente hoje e a gente olhar com calma isso.

LÍGIA CORTEZ – Está bom. Então, Paulo.

PAULO RAMOS – Muito bom dia a todos. Eu queria apresentar aos senhores a proposta do orçamento para 2025. Aqui nós temos a relação de programas de televisão e projetos, a gente demonstra aqui a proposta para 2025 comparado com 2024 com o seguinte critério, os programas que permaneceram na grade indicados aí em verde, os programas que foram eventualmente descontinuados ou cancelados nessa informação de proposta orçamentária, e em amarelo os programas ou projetos que dependem do ingresso de uma dotação específica, então de um patrocínio para que eles retornem à proposta de 2025.

ANDRÉ LAHOZ – Aqui gente uma sugestão, uma pergunta na verdade, se a gente deveria passar programa a programa, e o Maluf eventualmente comente a decisão, porque no fundo o que está se dizendo aqui são quais os que vão continuar, quais os que não vão continuar, e quais os que dependem de patrocínio para continuar, eu acho que é uma informação importante para a gente ter aqui. Então, uma ideia seria ter um comentário rápido de cada um dos programas, e se alguém tiver alguma dúvida a gente aproveita para dirimir agora com o Maluf. Paulo, você não quer então falar o nome do programa e o Maluf eventualmente comenta? Os que vão continuar acho que não tem muito segredo, basicamente você relê.

PAULO RAMOS – Bom, nós temos aqui a TV Educação que ele teve em 2024 e a proposta de 2025 não contempla isso...

JOSÉ ROBERTO MALUF – Você está falando do estado.

PAULO RAMOS – É.

JOSÉ ROBERTO MALUF – Não, não contempla.

PAULO RAMOS – (1:12:13 – inaudível) Boas Práticas, TCE 100 anos, Jazz Sinfônica, concertos especiais...

PRESIDENTE (Fabio Magalhães) – O microfone seu está ruim.

LÍGIA CORTEZ – Teria outro microfone para ele usar, por favor, porque está chiando muito.

JOSÉ ROBERTO MALUF - Bom, de qualquer forma Boas Práticas que é da Secretaria Municipal da Educação, nós quando fizemos esse relatório ele estava cancelado, essa semana retornou a negociação e ele será feito. Portanto, ele deixa de ser um programa cancelado para ser um programa que vai ser produzido, independente da mudança eventual do Secretário Municipal, a própria prefeitura está interessada em manter esse projeto e ele deverá ser feito, ok André. O que mais?

ANDRÉ LAHOZ – Paulo, você não quer ir lendo os programas e o Maluf ir comentando?

JOSÉ ROBERTO MALUF – O projeto 100 anos do TCE acabou, mas outros projetos com o TCE estão em andamento, esse não vai fazer mesmo porque acabou, 100 anos, 100 anos, acabou, pronto, mas os 101 anos provavelmente será feito.

PAULO RAMOS – Jazz Sinfônica, Concertos Especiais.

JOSÉ ROBERTO MALUF – É, esses serão feitos, nós na verdade baixamos uma regra aqui que não pode ter prejuízo na apresentação. Normalmente nós utilizamos casas de espetáculos tipo Sala São Paulo, Teatro Cultura Artística, B32, Memorial da América Latina sob pagamento, pagamento de que? O Cultura Artística é aluguel, o Memorial é participação, quer dizer, da receita, Sala São Paulo é participação da receita, então nós não tiramos essas apresentações da Jazz Sinfônica, nós simplesmente estamos adequando. O B32, por exemplo, é um local que temos grandes chances de fazer as apresentações lá, mas ele é pequeno, então o resultado sempre é muito pequeno, empata, ganha um pouquinho, perde um pouquinho. As maiores salas de espetáculo nós estamos insistindo com elas, porque elas dão uma receita melhor e paga a conta da Jazz Sinfônica. É isso, não vai sair nenhum concerto da Jazz Sinfônica, eles estão sendo adequados na medida das necessidades.

PAULO RAMOS – A ideia aqui é que a gente preserve a rentabilidade, ou no mínimo que o evento aconteça com (1:14:58 – inaudível), mesmo racional para os demais marcados em amarelo.

JOSÉ ROBERTO MALUF – Seduc Santos eles suspenderam o contrato durante a eleição e retomaram agora, e nós vamos continuar o contrato, ele já não é mais amarelo, ele é um ok, já está resolvido, nessa semana inclusive estamos assinando aditivo para permitir que ele vá até o seu final. O Tribunal de Contas do Município está em negociação, um novo contrato que a Paula está discutindo com o Presidente do Tribunal de Contas do Município, mas ele deve sair também, mas ainda não saiu, portanto, ele está em amarelo.

ANDRÉ LAHOZ – Maluf, você poderia comentar os três próximos que estão em vermelho e passaram a ser verdinho.

JOSÉ ROBERTO MALUF – A TV Justiça é uma distribuição do canal STF, do Supremo Tribunal Federal, nós estamos com duas negociações lá, quem está capitaneando é o Enéas. A primeira, nós vamos distribuir o sinal da TV Justiça em um dos canais auxiliares nosso para todo o Brasil, começa com cinco capitais, depois vai para dez, depois quinze e até vinte e seis capitais. Nós devemos até a metade do próximo ano estar com esse sinal 100% disponível em todo o Brasil. Esse sinal tem uma receita muito interessante, e tem um custo muito baixo, portanto, nós insistimos muito. A outra coisa que tem com a TV Justiça, é que a Fundação que atualmente produz o canal para eles, recebeu do Supremo e não pagou os funcionários, e os funcionários estão reclamando contra o Supremo, e o Supremo está querendo que a gente assuma de forma, digamos assim, rapidamente e eu disse, eu e o Enéas combinamos junto com o Nelson, que temos condições de assumir esse canal em quinze dias. É isso que nós estamos negociando. O SESC São Paulo praticamente fechou o canal 2.3 conosco, posteriormente o Conselho do SESC fez algumas objeções, e aí eu descobri que o Abram Szajman, que é o Presidente da Federação Nacional do Comércio, a quem está ligado o SESC, tinha passado para o Conselho uma posição de ok, depois ele titubeou e o Conselho resolveu discutir melhor, mas descobrimos atualmente que o Presidente é o Ivo Dall'Acqua Júnior que é meu colega de turma, aí liguei para o Ivo e falei: Oh Ivo, só faz 55 anos que a gente não se fala, mas eu queria..., mas aí então nós estamos conversando com o Ivo para retomar o contrato, e eu acho que a gente assina ainda este ano, é uma possibilidade digamos assim de 90%, mas tem os 10% aí que pode não acontecer. O que mais, tem mais um? FIESP – Mundo da Lua, o contrato chegou ontem, a Paula já entregou para o jurídico, o jurídico está em discussão sobre alguns itens, algumas vírgulas, alguns pontos e vírgulas, mas ele deverá ser assinado ainda nesse ano com uma pequena receita de entrada para a produção do Mundo da Lua.

LUÍZA ROMERO DE MORAES – Desculpa, acho que eu não consegui acompanhar, o que é o Mundo da Lua exatamente?

JOSÉ ROBERTO MALUF – O Mundo da Lua é um produto que nós já tivemos no passado, em que o Antônio Fagundes era o pai do Lucas Silva e Silva, então o Antônio Fagundes que era o pai vira avô, o Lucas Silva e Silva que era o filho, agora vira o pai e vem uma criança que não é mais um menino, é uma menina. Textos novos, diretores novos, roteiristas novos, novas histórias, 24 capítulos se não me engano, Enéas, 24 ou 26? Paula?

ENÉAS CARLOS PEREIRA – 24.

JOSÉ ROBERTO MALUF – 24 capítulos, e devemos estreiar até a metade do mês de junho, e a quantidade de dinheiro é razoável, 36 milhões de reais. Então foi um grande contrato que nós conseguimos fechar com a FIESP.

ANDRÉ LAHOZ – Vamos para a próxima página Paulo?

PAULO RAMOS – Próxima página.

CARLOS WENDEL DE MAGALHÃES – Eu tenho uma dúvida, por favor, em relação a isso.

LÍGIA CORTEZ – Pode falar Carlos.

CARLOS WENDEL DE MAGALHÃES – A minha dúvida é que na nossa tabela está classificado como serviço, eu estou entendendo que isso daí é da nossa essência, é TV e a FIESP estaria dando um patrocínio para um programa de TV que vai estar na nossa grade. É isso ou eu estou enganado?

JOSÉ ROBERTO MALUF – É isso, é um contrato de prestação de patrocínio para a produção dessa série com exibição na TV Cultura, e também nos meios da própria FIESP, seu site, canais internos, escola e etc.

ANDRÉ LAHOZ – Então o ponto do Carlos é que ao invés de serviço devia estar escrito TV ali, é isso?

CARLOS WENDEL DE MAGALHÃES – Isso aí, porque eu acho que é importantíssimo, faz parte da nossa essência e agente está tendo, enfim, recursos para fazer a produção, é diferente de a gente botar no ar, vamos dizer, a TV Justiça para o Tribunal Superior, são dois conceitos que eu acho que a gente tem que ter clareza do que é prestação de serviço, e do que é a nossa produção para cumprir o nosso core business, a nossa essência existencial.

JOSÉ ROBERTO MALUF – Ok, está certo.

LUCINÉIA ROSA DOS SANTOS – Eu gostaria de fazer uma observação até pedindo alguns esclarecimentos. Ao chegar nós estamos vendo funcionários na porta aqui pleiteando e preocupado para o ano que vem em relação aos seus empregos, e eu estou vendo aqui à medida que está sendo colocado, eu estou vendo que há programas que serão continuados, e haverá programas que podem ser descontinuados. Essa programação descontinuada pode aumentar o número de desempregados, ou seja, funcionários que também vão ser demitidos. Então, diante de toda essa proposta como da TV Justiça, se houver realmente contrato, não vai haver a possibilidade de termos mais demissões? Qual é a relação para a gente manter clara a manutenção, por exemplo, da Jazz sinfônica e não termos mais empregados para o ano que vem dispensados? A preocupação minha está em relação a todo trabalho que a TV Cultura vem, enfim, fazendo. Então eu gostaria de um pouquinho mais de esclarecimento em relação aos trabalhadores, tanto radialistas, como da TV, eu queria um pouco mais em relação deste.

JOSÉ ROBERTO MALUF – Dois critérios nos levaram a fazer os cortes de programação, audiência e faturamento. Esses programas, oito, que nós cortamos e que quatro já voltaram e que ninguém fala isso, o sindicato só fala que cortou oito, mas esquece de dizer que já voltaram quatro, e tem uma relação de programas que eu e o Enéas vamos..., aliás está para mim, mas deveria ser ele que deveria falar sobre o que vem hoje nesse mês de dezembro, e que está previsto para janeiro em diante do ano que vem. Esses programas que já voltaram são, Entrelinhas, Asas e História, Brasil Mostra a Tua Cara, Negros em Foco, todos esses três, eles já voltaram a produzir e o Brasil Mostra a Tua Cara volta a produzir em janeiro, outros programas não voltarão, Amaury Junior, por hora Estação Livre, pelo menos no formato e com a apresentadora que tínhamos, este não voltará dessa forma, porque é uma forma que não deu certo. O que mais que nós tiramos? Balaio vai voltar, mas também com outro conteúdo, quer dizer, nós temos que ir em busca do que o povo queira assistir em um programa de música, nós estamos só na música raiz e isso não tem dado certo, mas dará certo, ele deve voltar. E o último? Já nem sei qual é.

PAULO RAMOS – Tem o Estação Livre também.

JOSÉ ROBERTO MALUF – Estação Livre eu já falei.

PAULO RAMOS – O Prelúdio, Quando Eu Vim Me Embora...

LUÍZA ROMERO DE MORAES – E o Legião Estrangeira.

JOSÉ ROBERTO MALUF – O Legião Estrangeira não deve voltar também, porque ele não tinha nem índice e nem faturamento, e ninguém quer comprar. Bom, de qualquer forma é um horário de quarta à noite que nós estamos preenchendo com os documentários que temos produzido, e temos vários para exibir, então não haverá nenhuma dificuldade. Quanto a Jazz Sinfônica, a Jazz sinfônica é um ativo da Secretaria da Cultura, não, do Governo do Estado, ela foi entregue para a Fundação através de um convênio para a Fundação, convênio esse que termina em abril do ano que vem. É um contrato, eu não sei como é o nome disso...

MARÍLIA MARTON – É diferente do (1:25:37 – inaudível), não tem nada de contrato e nem de (1:25:39 – inaudível). Vamos lá, só para esclarecer o que aconteceu com..., pelo menos é o que eu tenho registrado na Secretaria, existia na Secretaria a proposta de descontinuidade da Jazz Sinfônica, e aí foi dito que ia encaixar dentro do orçamento da TV Cultura, foi colocado aqui sete milhões de reais...

JOSÉ ROBERTO MALUF – Seis e meio.

MARÍLIA MARTON – Seis e meio, cinco, sei lá, então não tem um contrato de repasse de recurso e tal, foi encaixado um recurso a mais aqui, e esse ativo veio para cá, não há um contrato, então esse dinheiro não foi tirado daqui, e ele está aqui com vocês.

PAULO RAMOS – Existe um convênio sim, assinado com o Secretário anterior, Sérgio Sá Leitão.

MARÍLIA MARTON – Mas então, se ele é um convênio tem que ter prestação de contas, tem que ter uma série de coisas.

JOSÉ ROBERTO MALUF – Não, não, espera aí, espera aí, espera aí. No meio do convênio, o Estado simplesmente pegou o dinheiro do convênio, e colocou na nossa receita anual e acabou, digamos assim,

JK

JK

14/10/2011

de fato com o convênio. De fato, o Estado fez isso, não nos consultou, não perguntou, não fez nada, simplesmente fez e aconteceu. Portanto, nós estamos com a orquestra aqui dentro, não pretendemos encerrar a orquestra, não pretendemos mandar nenhum músico embora, pretendemos manter a orquestra, ao menos que a Secretaria peça de volta, mas que ela já disse que não quer, mas nós queremos. Então vamos continuar com a orquestra aqui conosco, evidentemente que nós temos que pedir que no orçamento aquela parte em que consta o custeio, ali incluído estava a despesa para carregar a orquestra para cá e para lá. Então nós estamos pedindo a retomada desses 16 milhões, que não está no orçamento deste ano próximo, porque inclusive nós temos hoje dificuldade para carregar a orquestra para lá e para cá, estamos fazendo, estamos levando, mas isso atrapalha um pouco o nosso caixa, o nosso orçamento, mas ela é um ativo que a Fundação tem grande interesse em manter, ok? Não pretendemos demitir ninguém no ano que vem, não é isso, mas pretendemos evidentemente recuperar no orçamento o custeio para não ter que pensar em demissão. Agora, se esse custeio não aparecer e eu tenho novidade sobre ele, pode ser que tenha que fazer alguma demissão, eu também já quero deixar adiantado isso aqui.

ANDRÉ LAHÓZ – Maluf, deixa eu sugerir, a gente vai ter o slide depois para falar do custeio e do orçamento, só para a gente não misturar a estação aqui...

JOSÉ ROBERTO MALUF – Desculpe, desculpe.

ANDRÉ LAHÓZ – Vamos só passar pelos programas, acho que a Luíza quer falar, mas depois a gente volta para o ponto do custeio.

LÍGIA CORTEZ – A Luíza Moraes gostaria de falar e o Giovanni Rea também pediu a palavra.

MARIA HERMÍNIA TAVARES DE ALMEIDA – Eu queria fazer uma pergunta.

LÍGIA CORTEZ – E a Maria Hermínia quer fazer uma pergunta. Então, Maria Hermínia, por favor, e depois a Luíza.

MARIA HERMÍNIA TAVARES DE ALMEIDA – Porque que esses programas que voltaram como Negros em Foco e os outros, não estão aí nessa lista?

ANDRÉ LAHOZ – Essa lista está desatualizada, ela tem um ponto, mas eu entendi que o Maluf citou alguns que estão aparecendo com o status diferente, a gente precisa atualizar essa lista com as últimas informações aí.

JOSÉ ROBERTO MALUF – Sim.

LÍGIA CORTEZ – Perfeito, então a Luíza e depois o Giovanni Rea.

LUÍZA ROMERO DE MORAES – Tão preocupados quanto o Presidente, estamos nós, funcionários, com essa situação do orçamento. Em função disso, nós fizemos duas ações, nós tínhamos uma audiência pública no dia 25 na Assembleia Legislativa, para pedir o apoio dos deputados para que eles recomponham o orçamento de custeio, que é esse orçamento necessário para manter a Jazz Sinfônica, para pagar plano de saúde, para pagar o vale transporte, para pagar conta de água, luz, enfim, o básico. O Governo de fato aumentou de 104 para 109 o valor da folha de pagamento, mas esse valor cobre os 3% que nós tivemos esse ano de reajuste, e o crescimento orgânico da folha que todo ano cresce, por exemplo, você passa a ter mais um quinquênio, você vai ter um vencimento maior, então a folha vai crescer naturalmente. E ontem nós estivemos de novo na Assembleia Legislativa, percorremos os 94 gabinetes pedindo encarecidamente a todos os Deputados que nos ajudem, que na hora de votar projeto de lei orçamentário 712/2024, que eles coloquem o provisionamento para que o Tesouro mande recursos, para que a gente tenha esse valor de custeio, sob pena de nós termos descontinuados mais programas, mais pessoas demitidas e que comprometa o funcionamento da TV Cultura, deixando claro que independente de quaisquer questões, inclusive políticas, nós estávamos lá para defender uma TV Pública de qualidade, e que tem que continuar existindo, e que é um patrimônio dos paulistas, e deixamos claro para os Deputados que está nas mãos deles e do Governador que pode vetar, não é o mesmo que os Deputados recompõem esse orçamento, está nas mãos deles entrarem para a história, como aqueles que mantiveram viva a TV Cultura um patrimônio de todos os brasileiros, não só dos paulistas. Ou, de serem acusados e cobrados mais tarde inclusive nas urnas, como os responsáveis por pôr fim a uma trajetória tão bonita, que é um orgulho de todos nós, inclusive nós do Conselho Curador, que temos a enorme responsabilidade de lutar para que as coisas aqui continuem funcionando como devem, e não ao sabor do interesse de um ou de outro que eu acho que é o nosso papel. Obtivemos coisas interessantes, foi levado ao colégio de líderes a nossa reivindicação que foi na forma de um manifesto, que inclusive foi entregue para vocês hoje aqui, os sindicatos colocaram no verso dessa folha que chama para a assembleia

que vai ter a uma hora da tarde, e o Deputado Carlos Giannazi, além de levar para os líderes todos, ele também apresentou duas emendas, duas proposições de emendas para auxiliar, garantir reajustes para os trabalhadores e para a manutenção da Jazz Sinfônica. Uma no valor de dois milhões e meio de reais, e outra no valor de trezentos e oitenta mil reais. Para que haja um entendimento, essas emendas tem um prazo regimental para serem votadas, para serem apresentadas.

MARÍLIA MARTON – Isso é uma emenda do Deputado?

LUÍZA ROMERO DE MORAES – É uma emenda do Deputado, ele apresentou, a proposição é dele, depois se quiserem eu compartilho.

MARÍLIA MARTON – Não, não, é só para eu entender se é uma emenda ou se ele fez uma...

LUÍZA ROMERO DE MORAES – É uma emenda, é uma proposta de emenda dele, dele, dele, em nome dele, mas ele também levou para o colégio de líderes para que todos os líderes apresentem. Porque o que acontece? Você apresentou o projeto de lei orçamentário em 30 de setembro, o governo entrega no dia primeiro de outubro publicado no Diário Oficial, a partir daí começa a contar o prazo regimental, são quinze sessões, não quinze dias, que vão ser marcadas de acordo com o calendário disponível. Nessas quinze sessões, é o prazo para que os Deputados apresentem as emendas para recompor esse orçamento. Então, já houve um esforço anterior nesse sentido da direção, nós tivemos audiência pública já lá no dia 25, nesse sentido, para que os Deputados apresentassem essas emendas. E ontem nós fomos lá novamente para lembrar, para manter o tema em pauta, para que todos eles na hora de votar, porque aí são todos que votam, mesmo os que não apresentaram emenda, possam estar ao nosso lado.

PRESIDENTE (Fabio Magalhães) – Eu queria que voltasse a discussão do orçamento, nós estamos em pleno andamento, temos uma agenda...

JOSÉ ROBERTO MALUF – Então não pode dar a palavra à Luíza.

ANDRÉ LAHOZ – Deixa eu dar uma sugestão aqui gente, nós estamos aqui e tem uma apresentação do Paulo que vem na sequência, se a gente podia se fixar nela e tirar dúvidas pontuais sobre o que está aqui, a gente apresenta todos os números, e depois a gente faz todas as considerações sobre a situação da Fundação, enfim, nós vamos tocar por todos esses assuntos, senão a gente vai se perder aqui na apresentação do Paulo. Então assim, a minha sugestão seria dúvidas sobre os quadros, são super bem-vindas porque a gente precisa entender o que está sendo apresentado, mas outras considerações que a gente guardasse para o final. Minha sugestão.

JOSÉ ROBERTO MALUF – Mas então não podia ter dado a palavra a Luíza, eu queria responder a Luíza.

LÍGIA CORTEZ – Pode ser no final. Giovanni, por favor, se puder também falar no final.

GIOVANNI REA – A minha dúvida era sobre o que está sendo apresentado, mas me foi tolhido a palavra, ok.

LÍGIA CORTEZ – Então pode falar Giovanni.

GIOVANNI REA – É o seguinte, voltando duas questões, não me ficou claro sobre a questão do Mundo da Lua, a colocação, se ele puder voltar a tela, por favor. O Carlos pontuou sobre a natureza desse programa se ele seria prestação de serviço ou TV...

JOSÉ ROBERTO MALUF – Não tem a menor diferença.

GIOVANNI REA – O Presidente Executivo, ele disse que é uma contratação sob patrocínio, mas que há uma utilização por parte da FIESP de forma interna. Há alguma cessão dos direitos do Mundo da Lua para a FIESP, como que isso funcionou? Não me ficou claro.

PAULO RAMOS – Isso é uma demonstração gráfica apenas, a gente pode alterar esse item para TV e eu redistribuo a apresentação, sem problemas.

GIOVANNI REA – Tudo bem, mas essa questão da FIESP para mim não ficou clara.

JOSÉ ROBERTO MALUF – Não tem importância, depois a gente fala no final.

LÍGIA CORTEZ – No final a gente poderia falar, mas só para dar continuidade a pauta.

PAULO RAMOS – Eu só queria responder a duas questões muito brevemente. Esse orçamento ele não prevê a redução de pessoas, respondendo a Conselheira, porém, eu não posso deixar de fazer a observação frisando o que o Presidente Maluf falou, que nós somos uma entidade sem fins lucrativos, nós dependemos de entrada de recursos, e se nós tivermos revezes ou intempéries no decorrer do período, nós precisamos sim rever a nossa posição de despesa. É simples assim.

ANDRÉ LAHOZ – Paulo, vamos dar sequência na apresentação, por favor.

GIOVANNI REA – Ainda eu tenho mais um ponto sobre o que está na tela.

LÍGIA CORTEZ – Nós estamos combinando Giovanni de falar tudo no final, pode ser? Para darmos andamento na pauta, por favor.

PAULO RAMOS – Seguindo. Nós temos aqui então nessa tela, a demonstração de que todos os programas aqui elencados, eles estavam na grade de 2024 e continuam na proposta de 2025. Nessa outra tela, nós temos aqui quatro programas que estavam na programação de 2024, e serão descontinuados que é o Campeonato Paulista de Futebol feminino, a Europa League e a Rodada, que é um adendo do Europa League.

ANDRÉ LAHÓZ – Alguma observação sobre esses quatro Maluf?

JOSÉ ROBERTO MALUF – Europa League nos ofereceram apenas a quarta opção de jogos a ser transmitidos. A quarta opção é aqueles times da rabeira, que estão lá embaixo, nós não temos interesse. Só conseguimos chegar na quarta, e com um dinheiro que era 50% mais caro do que nesse ano. Agradecemos, não queremos e muito obrigado. No caso do Campeonato Paulista feminino, nós não temos interesse em transmitir os jogos todos, pode ser que as finais, a gente venha transmitir se a Federação Paulista cumprir a promessa de gerar o futebol, para nós, porque cada vez que um caminhão de externa sai aqui no fim de semana, é um custo, tem que contratar gerador, tem que viajar para o interior, nós não temos equipe disponível, e aí tem que contratar freelancers para ir transmitir de Piracicaba, Ribeirão Preto e etc., e no feminino nós não temos grande interesse nessa programação, mantivemos o campeonato paulista da série B, a série II e provavelmente, vamos ver, se a Federação gerar a Copa Paulista, nós também poderemos transmitir, mas não gastando dinheiro na produção, porque nós não temos interesse. Não tem um resultado nem financeiro e nem de audiência que valha a pena. Terra Brasil é licenciamento, a gente não quer comprar mais porque não estava dando resultado, Rodada UEFA da Europa League é a mesma coisa que Europa League, portanto, eu já falei.

PAULO RAMOS – Seguindo. Aqui nós temos vários programas, Legião Estrangeira, Giro Econômico, que são basicamente os programas que foram objeto de corte devido a redução de custos que nós fizemos.

JOSÉ ROBERTO MALUF – Sim, veja que, aí tem o Balaio que vai voltar, Amaury não volta, Momentos, Miados e Latidos era produzido fora e pagava para exibir aqui, nós não queremos mais porque é muito ruim, as duas senhoras não podiam apresentar aquele programa daquele jeito, então não interessa uma programação em uma emissora educativa e pública em que as mulheres aparecem daquele jeito que estavam aparecendo, então a gente desistiu porque não era possível, elas vinham de mini saia, bustiê, um negócio estranhíssimo e obrigado, não queremos. Momentos Pets é mais ou menos a mesma coisa, o Legião Estrangeira eu já falei que não dava resultado nem de audiência e nem de faturamento, o Giro Econômico já tinha..., eu acho que ele já tinha cumprido o seu momento. Pode ser que a gente volte com ele se tivermos um patrocínio e ele será sempre às onze e meia da noite, portanto, não compromete o horário nobre. Mapas Urbanos também é licenciamento, a gente não comprou, Momentos Pets a gente também não comprou, não vamos gastar dinheiro em produto que não dá resultado. Amarelinho, Estação Livre, provavelmente possa voltar, Paula está vendo a possibilidade de produzir com uma apresentadora diferente, que aliás se apresenta no programa, na peça Rei Charles, Rei, é uma senhora que se chama Letícia Soares, se eu não me engano, e ela realmente é uma pessoa diferenciadíssima, ela é uma artista, apresentadora e cantora que é inacreditável, eu fui assistir e sai de lá realmente entusiasmado. Fórmula Indy, está tudo resolvido, contrato negociado, o valor é o mesmo desse ano, porém, nós só vamos assinar se os patrocinadores, especialmente Pneu Store e mais um que eu não me lembro o nome agora, comparem o patrocínio, senão é custo e nós não podemos ter esse custo. Copa Paulista de Futebol eu já disse, Federação gerando, nós podemos voltar a produzir. Quando Eu Vim Me Embora que é aquela série de seis episódios com o nordestino que vem à São Paulo, que vieram à São Paulo construir São Paulo, nós estamos negociando Lei Rouanet de várias origens para poder pagar essa produção que é cara, mas vocês lembram, é baseada nos livros do Marco Antônio Villa, e é muito interessante. Prelúdio, ele vai ser produzido, mas ele carece hoje de patrocínio. Nesse ano de 2024 ele teve três patrocinadores, nós estamos negociando para o próximo ano os mesmos três patrocinadores ou outros, vendendo, ele irá para o ar fatalmente. E cancelados, Heróis de Pijama é licenciamento...

PAULO RAMOS – Na verdade os três últimos eles não existiam em 2024...

ANDRÉ LAHÓZ – É ao contrário, não tinha e agora tem.

JOSÉ ROBERTO MALUF – Não tinha e agora tem, exatamente, mas a gente tinha na verdade, Boris e Rufus a gente deixou de comprar esse há algum tempo atrás, mas voltamos a licenciar porque ele dá bom índice

Handwritten signature

Handwritten signature

PRENOTADO
4º RCPJ/SP

de audiência. Amália do Brasil é uma produção única, nós somos copatrocinadores e corresponsáveis pelo produto, é Amália Rodrigues famosa pelo fado. Pois não.

ANDRÉ LAHOZ – Eu acho que pulou o Balaio e Amaury Júnior.

JOSÉ ROBERTO MALUF – Amaury Júnior está cancelado a partir de primeiro de janeiro, e Balaio ele deve voltar depois que nós reformularmos o conteúdo que está em reformulação e tiver patrocínio, ok? Mas ele está sendo reexibido em reprise.

MARCOS MENDONÇA – Posso fazer uma pergunta sobre o Prelúdio Maluf?

JOSÉ ROBERTO MALUF – Pois não.

MARCOS MENDONÇA – O Prelúdio tem perspectiva de eventualmente não se continuar?

JOSÉ ROBERTO MALUF – Acho que não.

MARCOS MENDONÇA – Porque esse eu acho que é um programa que está no DNA da TV Cultura.

JOSÉ ROBERTO MALUF – Com certeza.

MARCOS MENDONÇA – E mesmo que sem patrocínio eu acho que esse é um programa que tem que ser, vamos dizer, continuado.

JOSÉ ROBERTO MALUF – Assim fizemos até dois anos atrás. O ano passado que nós conseguimos patrocínio e esse ano melhorou bem o patrocínio e pagou a conta.

MARCOS MENDONÇA – Aliás, ele se encerrou agora no sábado passado...

JOSÉ ROBERTO MALUF – Domingo.

MARCOS MENDONÇA – Um resultado excepcional, uma qualidade fantástica e eu quero aqui deixar consignado os meus parabéns a produção do programa, o Júlio Medalha, porque realmente esse é um programa que enche, ele está dentro do DNA da TV Cultura, ou seja, promover a cultura e no caso revelando novos talentos, modificando a vida desses garotos que através desse programa alçam um outro patamar na sua carreira.

ANDRÉ LAHOZ – Vamos voltar. Paulo, por favor, vamos lá. Agora a gente vai falar de rádio né?

PAULO RAMOS – Seguindo. Temos a mesma informação com relação à Rádio, proposta de 2025 e a comparação com relação a 2024.

ANDRÉ LAHOZ – Aqui a gente precisa de comentários gente ou a gente pode ir passando?

LÍGIA CORTEZ – Não, pode seguir.

PAULO RAMOS – Seguimos. Acho que vale aqui o destaque para o programa Melhor da Vida da Karen Bravo, que também deve voltar mediante o ingresso aí de patrocínio (1:45:28 – corte no áudio). Ele foi descontinuado.

JOSÉ ROBERTO MALUF – Empório Musical. Eu não sei dizer, mas eu acho que ele não queria mais fazer esse programa, mas ele continua na Rádio com outros programas. Sabe quem é o Irineu? Está bom, e a Karen, o programa dela não tinha música, não era musical, e nós pedimos um corte na despesa da Rádio, então entre cortar um programa que tenha música clássica ou jazz, e cortar um programa de entrevista, nós ficamos com o corte daquilo que não é o core business da Rádio.

PAULO RAMOS – E muitas das supressões elas estão vinculadas evidentemente à disponibilidade financeira também. Por mais que a gente deseja a manutenção deles, mas alguma vez a gente tem que fazer um esforço em alguma situação mais apertada. Seguindo, aqui a gente tem...

ANDRÉ LAHOZ – Eu acho que a gente deve então uma resposta para a Maria Hermínia sobre o detalhe aí desse programa, se depois você puder informar.

JOSÉ ROBERTO MALUF – Está bom.

PAULO RAMOS – E temos mais um aqui então que foi incluído na grade da rádio para a proposta e 2025, que é o Instrumental Brasileiro.

ANDRÉ LAHOZ – Vamos em frente Paulo.

PAULO RAMOS – Bom, nós temos agora a demonstração da lei orçamentária, do projeto de lei orçamentaria anual comparado com a proposta orçamentária setorial, que significa aquilo que nós enviamos e aquilo que a Secretaria da Fazenda consolidou e remeteu à ALESP para aprovação. Acho que o destaque aqui é a supressão da linha de custeio do Tesouro que a gente havia solicitado 16.3 milhões e a proposta ela foi reduzida a zero e também a linha de investimentos que a gente havia solicitado 20 milhões e foi também reduzido a zero.

MARÍLIA MARTON – Só um minuto Paulo, volta lá só para eu entender, porque eu não vi. A proposta que vocês mandaram para a Fazenda era de 16 de Tesouro e 78 próprios?

JK

JK

JK

PAULO RAMOS – Isso, exatamente.

MARÍLIA MARTON – E a LOA na verdade juntou os 78 mais 30 e juntou uma coisa...

PAULO RAMOS – Isso.

MARÍLIA MARTON – Então o que o Governo maior do que o que vocês tinham pedido.

PAULO RAMOS – Exatamente. Mas isso vem acontecendo ano após ano.

JOSÉ ROBERTO MALUF – Os 16 do tesouro é zero.

MARÍLIA MARTON – Eu acho que a gente está com problema de matemática aqui.

JOSÉ ROBERTO MALUF – Está vendo aqui... (1:48:40 – inaudível).

MARÍLIA MARTON – E o próprio é o que você...

JOSÉ ROBERTO MALUF – Próprio é o que a gente vai buscar, que nós propusemos 78...

MARÍLIA MARTON – E aí ele foi lá, fez a meta igual você faz com os caras do coiso.

JOSÉ ROBERTO MALUF – Que coiso?

MARÍLIA MARTON – Que nem você faz com o povo do comercial.

PAULO RAMOS – Só que veja, nós temos um crescimento aqui de 29%, que é algo desconcertante, disruptivo. Mas vamos lá, aqui nós temos a comparação anual desde 2020, e aqui a gente consegue entender exatamente essa movimentação a linha do Tesouro, por exemplo, já que estamos conversando. Vale aqui uma menção, no ano de 2022, já que a gente estava falando de Jazz Sinfônica, esse valor de 22 milhões foi no momento em que nós recebemos uma dotação específica, por ocasião do contrato da Jazz Sinfônica, que deveria se repetir anualmente para que a gente fizesse a manutenção da agenda, só que nós percebemos que no ano seguinte, esses 22 voltaram a ser 13 em função de uma redução do custeio.

MARÍLIA MARTON – Custeio da Jazz Sinfônica está no custeio dos funcionários para pagar salário. O que você está alegando aqui é que os 22 milhões eram coisas extras da manutenção dela. Foi o que o Maluf falou, levar não sei aonde...

JOSÉ ROBERTO MALUF – Não, mas não estamos falando de salário, estamos falando de custeio.

MARÍLIA MARTON – Não, do jeito que vocês estão falando parece que o salário deles não estava recomposto.

PAULO RAMOS – Não, não, a linha de salários está em cima, está em cima, está garantida e está lá naquela linha onde está 85, 84. Esses 22 ele contemplava o valor relativo a agenda da Jazz Sinfônica.

MARÍLIA MARTON – Então vamos abrir os 22, o que tem dentro dos 22, é só a agenda da Jazz Sinfônica?

PAULO RAMOS – Não, não, seriam aproximadamente 8 milhões, 9 milhões relativos a Jazz sinfônica.

MARÍLIA MARTON – Seria então 9 milhões de manutenção.

PAULO RAMOS – Isso, isso.

MARÍLIA MARTON – Vocês precisam melhorar isso daí. (1:50:56 – inaudível) estável custa 16 milhões de reais entre salário e (1:51:01 – inaudível)?

PAULO RAMOS – Sim, porque isso envolve deslocamento.

MARÍLIA MARTON – (1:51:04 – inaudível) ... orçamento gente, então, por favor, eu peço que vocês abram o orçamento.

JOSÉ ROBERTO MALUF – Será um prazer, um prazer.

MARÍLIA MARTON – Eu administro 64 equipamentos, então aqui se tem alguém que tem..., por sinal para quem não se lembra, passei cinco anos como Chefe de Gabinete na Secretaria, e já estou há dois como Secretária, então se tem alguém que conhece orçamento de equipamento público, pode ter alguém que conheça comigo, mas mais do que eu impossível. Então vocês estão dizendo para mim, que um corpo estável que tem o salário garantido em uma linha, ele custa o dobro de custeio na outra linha. É isso que eu estou perguntando.

PAULO RAMOS – Não, o custo dobro ele tem custos relativos as suas apresentações de deslocamento, aluguel de equipamentos.

MARÍLIA MARTON – Isto custa oito milhões de reais, é isso que vocês estão dizendo? Sem contar nenhuma viagem internacional, custa oito milhões de reais sem nenhuma viagem internacional.

JOSÉ ROBERTO MALUF – Secretária, vamos abrir esse valor e antes de a gente discutir porque eu não tenho certeza do que eu estou falando, não sei o quanto custa, agora, de uma coisa é certa, nós temos que entregar para o Governo do Estado dez apresentações por ano, e ele não quer pagar o custeio dessas dez apresentações.

Jey

RM

ANDRÉ LAHOZ – Gente, eu só queria tomar um cuidado aqui, a gente não está discutindo esse ponto, a gente está olhando o orçamento da Fundação como um todo.

MARÍLIA MARTON – (1:52:26 – inaudível).

JOSÉ ROBERTO MALUF – Não querida, não.

PAULO RAMOS – Na verdade eu estou explicando uma variação que aconteceu nessa linha porque nós enxergamos aqui na linha de 2022 vinte e dois milhões e depois baixou para treze.

MARÍLIA MARTON – (1:52:43 – inaudível) da orquestra né?

JOSÉ ROBERTO MALUF – Abre Paulo, não vamos discutir esse assunto, abre.

PAULO RAMOS – Ok, a gente abre a linha.

JOSÉ ROBERTO MALUF – Não tem nada para esconder aqui.

PAULO RAMOS – Bom, com relação a parte de folha de pagamento, a gente tem um crescimento de 104 para 109 milhões como foi dito aqui oportunamente...

JOSÉ ROBERTO MALUF – O que é importante deixar claro é que para o ano que vem não tem nove milhões, não tem oito, tem zero por enquanto.

MARÍLIA MARTON – Isso ok, mas de 2022...

JOSÉ ROBERTO MALUF – Para zero.

MARÍLIA MARTON – Está bom, mas falar que isso era só Jazz...

JOSÉ ROBERTO MALUF – Não falei isso, ninguém falou isso.

PRESIDENTE (Fabio Magalhães) – Eu acho que nós devíamos dar atenção a explanação, e depois então fazer todas as discussões, pedir para que os Conselheiros anotassem, porque senão nós não avançamos, nós temos uma pauta grande ainda na frente.

LÍGIA CORTEZ – É, porque tem dois Conselheiros esperando para falar e fica chato.

PAULO RAMOS – Bom, prosseguindo. Nós temos aqui um aumento então na linha de pessoal de 104 para 109 milhões, e como dito, refere-se a crescimento orgânico da folha. Eu acho que o destaque aqui para esse quadro com relação a proposta de 2025, é a redução de 12.9 de 2024 para zero em 2025 e parte de investimentos também que foi reduzida a zero. E também o estaque para a..., apenas uma tendência de que nessa linha aqui, que elas são os totais por fonte, a gente percebe uma manutenção dos recursos, 110, 110, 110, 117 e agora para 109 novamente. Isso aqui é uma demonstração nominal, então, portanto, a gente tem um crescimento de 1.3 e da fonte própria e 17.2, na sequência a gente mostra o mesmo quadro, porém, com os impactos da inflação, do IPCA, uma movimentação real e a gente consegue enxergar, por exemplo, que as dotações, o total por fonte na linha do Tesouro tem uma redução de 4% ao decorrer do ano e na linha de folha é de 1%.

ANDRÉ LAHOZ – Não é decorrer do ano, na verdade no acumulado de todo esse período, 4% ao ano em todo esse período.

PAULO RAMOS – É a média...

ANDRÉ LAHOZ – É a média da redução nos últimos cinco anos.

PAULO RAMOS – A média ponderada anual. Esse índice, enfim, para quem não está acostumado, ele representa que a cada ano ele diminuiu 4%, então diminuiu 4%, 4%, 4%, 4%, 4%. Essa é a demonstração.

ANDRÉ LAHOZ – E por outro lado o resultado próprio vem crescendo 10% ao ano, quer dizer, tem uma mudança clara aí de onde que está vindo o dinheiro, é cada vez menos do Governo, e cada vez mais de recursos próprios. Esse é o quadro geral.

PAULO RAMOS – Seguindo, nós temos aqui uma demonstração gráfica da dotação inicial e da dotação final. Essa demonstração fica bem claro que, por exemplo, a parte azul é Tesouro, e a abóbora é Fonte Própria, em 2020, por exemplo, nós iniciamos com 31% e terminamos o ano em 37, no ano seguinte 32 para 47, seguindo 35 para 46, 2023, 42 para 55 e 2024 a gente espera..., iniciamos com 44 e esperamos terminar com 54%. Ou seja, existe uma clara migração de fonte de financiamento da Fundação para a fonte própria, o que demonstra aí uma...

ANDRÉ LAHOZ – Eu ia sugerir que olhasse a linha debaixo que é o que efetivamente aconteceu. Então saiu de 37% de recurso próprio para quase 55, 54 se eu estou enxergando bem.

PAULO RAMOS – É, 54.

ANDRÉ LAHOZ – É um pouco uma demonstração gráfica aí do que a gente estava falando que está acontecendo.

PAULO RAMOS – Seguindo. Aqui a gente tem uma demonstração das receitas da Fundação também comparadas a valores nominais, receita de serviços, enfim, eu vou demonstrar depois analiticamente o que compõe cada linha para 2025, mas aqui a gente tem uma demonstração de crescimento nominal, por exemplo, 20% para a primeira linha...

ANDRÉ LAHOZ - Você não quer ir direto para o real Paulo?

PAULO RAMOS – Então tem um crescimento aqui, por exemplo, de 13% na primeira linha real acima da inflação. Na segunda linha que é marketing cultural de 14%, foi dito um pouquinho na fala anterior do Márcio, mas nós temos aqui a demonstração linear de quanto isso tem crescido nos anos, e as demais linhas, temos uma redução da operação de televisão por assinatura, que como todos sabem, é um segmento que tem apresentado queda natural no número de assinantes, e também na parte de cultura e imagem. Nessa linha aqui em especial, o crescimento principalmente no ano de 2025, ele se dá em função do investimento do Galo da Manhã para a área do CEDOC de um milhão e meio. E as demais linhas nós temos aí uma movimentação também crescente acima da inflação com alguns pontuais como, por exemplo, marcas. Aqui nós temos o detalhe para 2025 como se compõe as linhas, TV Câmara, SESC como foi mencionado, TV Justiça, FIESP, Projeto da FIESP, Jazz Sinfônica, TV Assembleia, enfim, todos os demais itens que compõe cada linha.

ANDRÉ LAHOZ – Paulo, você poderia voltar só o slide anterior, só para fazer um comentário. Gente, na última linha ali é qual é a média de crescimento real de cada uma dessas linhas nos últimos cinco anos. Não sei se vocês estão vendo ali, 14%, então é quanto está crescendo em termos reais o nosso faturamento ao longo dos últimos anos.

PAULO RAMOS – E na última linha também demonstra o total que é de 11.1%.

ANDRÉ LAHOZ – Isso é a parte de recursos próprios, e é por isso que no balanço total tem cada vez mais dinheiro de recurso próprio e como o governo está cortando, vem cada vez menos receita do governo. Então isso é uma tendência que a gente está vendo bem claramente nesses últimos cinco anos. Desculpa Paulo, pode ir.

PAULO RAMOS – Prosseguindo. O detalhe como eu já mostrei...

LÍGIA CORTEZ – Só no final Cleverson, pode ser? Porque tem tantos Conselheiros.

CLEVERSON PEREIRA DE ALMEIDA – Pode. Só que a minha preocupação é sobre a obtenção dos recursos próprios. Posso a qualquer momento e também nem falar, mas as minhas dúvidas são nesse slide, está bom? Deixo só o registro. Obrigado.

LÍGIA CORTEZ – Obrigada.

PAULO RAMOS – Prosseguindo. Aqui a gente tem a demonstração de custos e despesas no mesmo racional, aqui são os valores nominais...

ANDRÉ LAHOZ – Vai para o real.

PAULO RAMOS – Eu vou para o número real. Dentro de projetos, veja, nós temos um crescimento de 20%, obviamente que isso está ligado ao fato de a gente ter auferido grandes projetos que envolve custo de produção, mas temos também redução em várias linhas. Como a gente pode observar, por exemplo, em produção, em jornalismo, programação, que são reduções reais de otimizações que a gente tem feito e também fruto das descontinuações dos programas que a gente mencionou anteriormente, mas a gente tem aí um crescimento na linha total de cerca de 8%.

ANDRÉ LAHOZ - Então o que foi 11 que é o de receita, o na despesa cresceu quase 9.

PAULO RAMOS – É isso. Seguindo. A gente tem aqui o mesmo racional para custos de despesas com pessoal, acho que o destaque aqui a gente consegue enxergar na linha debaixo, que é a informação real que o crescimento é zero, ou seja, existe apenas a recomposição da inflação no período.

ANDRÉ LAHOZ – O custo da nossa folha no final das contas com encarte, com tudo, ela está estabilizada nos últimos cinco anos em termos reais. Aí, depois a gente precisa entender essa composição, mas isso não foi feito aqui, a gente só está olhando o custo total e, como a Luíza já falou, obviamente a cada cinco anos você tem aumento e tal, então para que tudo fique parado, alguma coisa está compensando o que está crescendo. Mas o fato é que a folha está estacionada, é isso.

PAULO RAMOS – Aqui a gente tem o quadro de pessoal, abertura por área, o primeiro quadrante aqui são os celetistas, o segundo quadrante e terceiros e o terceiro quadrante estagiários, por cada área compondo quantidade de pessoas e o valor envolvido. Nós temos aqui a quantidade total de 1.735 pessoas para toda a Fundação. Lembrando que cerca de aproximadamente umas 500 pessoas, 490, 500

peças estão envolvidas nos projetos temporários. Continuando, a gente tem aqui a consolidação dos resultados, já vou mudar também para os valores reais. Eu inseri aqui, só explicando aos senhores, expurgos econômicos, porque como o resultado de 20 a 23, eles são resultados reais auditados pela empresa de auditoria externa, constam valores de efeitos econômicos que não constam na proposta de orçamento, então por isso eu fiz essa separação, esse expurgo, para que a comparação acima ela fosse fiel, ela fosse honesta. Então aqui embaixo tem subvenção para investimentos, depreciações, enfim, essas questões econômicas, ok? Próxima tela.

ANDRÉ LAHOZ – Pode ir para a última.

PAULO RAMOS – Nós temos aqui também uma demonstração...

ANDRÉ LAHOZ – Desculpa Paulo, volta uma, eu achei que era outra coisa aqui. Eu acho que aqui você poderia comentar então o que a gente está mostrando aqui do orçamento, o orçamento de receita..., comenta as linhas aí que eu julgo ser importante.

PAULO RAMOS – Nós temos aqui um sumário do que foi apresentado anteriormente, que é a receita de 141 milhões, a dotação do governo que é apenas de 109 milhões, que compõe a folha celetista e as despesas de 249 milhões. Essas despesas de 249 milhões contemplam essas reduções, essas movimentações que nós fizemos, a manutenção das pessoas, como eu também mencionei anteriormente, e uma projeção de resultado de um milhão e oitocentos. Pode parecer eventualmente um valor pequeno, mas eu acho que vale lembrar que a Fundação é uma instituição sem fins lucrativos, e de que existe também um decreto, uma orientação de que valores que sobram em caixa, a gente tem que repassar de volta para o governo. Então evidentemente que a gente tenta fazer o melhor uso dentro da Fundação, e deixar que o resultado se aproxime o máximo.

ANDRÉ LAHOZ – Acho que os destaques aí são o custeio indo para zero e o resultado prometido positivo, depois de um ano que foi muito ruim como vocês podem ver aí.

PAULO RAMOS – Sim, que já foi comentado anteriormente. Aqui nós temos uma demonstração individual do resultado do Solar Fabio Prado, que a gente tem um orçamento e receita que foi demonstrado anteriormente de 3 milhões, e a composição de custo de manutenção de pessoas, de serviços, enfim, custos e outras despesas gerais, gerando um resultado negativo de 549 mil reais. Ou seja, o que nós queremos dizer aqui? A manutenção hoje do Solar Fabio Prado ela é deficitária. E o fluxo de caixa projetado, nós iniciaremos o ano em aproximadamente com 4 milhões de reais, e com base nesse fluxo, nessa demonstração de resultados apresentada a gente espera, projeta, terminar o ano próximo a um milhão e duzentos mil reais de caixa positivo também. Seguindo. Aqui a gente tem, apesar da dotação zerada de investimentos, nós temos uma necessidade de investimentos, que ela deve acontecer evidentemente mediante o reconhecimento, e excesso de arrecadação ou de alguma dotação específica. Esses são os valores que são vinculados a obras, enfim, a infraestrutura, equipamentos, obras como está muito fechado, os valores estão incluídos aí, por exemplo, nós estamos em um processo de regularização da área da sede, em um processo de anistia, e nós temos, por exemplo, a obrigação de implementar protocolos, por exemplo, de acessibilidade, de segurança e cada protocolo desse, por exemplo, de acessibilidade, tem um orçamento de dois milhões de reais. Nós também estamos orçando aqui nessa parte de obras, a construção de telhados para a área de estúdios e de engenharia, época de chuvas a gente sofre muito com problema de vazamentos e goteiras, e tem muitos equipamentos lá dentro, então é importante que a gente também se preocupe com isso. É isso.

LÍGIA CORTEZ – Obrigada Paulo, obrigada André. Então agora vamos dar a palavra aos Conselheiros que pediram. Primeiro lugar o Giovanni, depois o Carlos e depois o Cleverson. Cleverson, fazemos questão que você fale, por favor. Giovanni, pode falar

GIOVANNI REA – Obrigado. Bom, sobre o Mundo da Lua eu já havia perguntado, e o Presidente disse que responderia ao final, acho que eu só vou reforçar que não ficou claro para mim se é um simples patrocínio, com a produção exclusiva da TV Cultura, ou se houve alguma cessão dos direitos do Mundo da Lua para a FIESP com alguma contrapartida. Eu só gostaria que fosse esclarecido esse ponto. Ponto número dois, falou-se da Jazz Sinfônica, o Maluf ele disse cabalmente que houve um rompimento do convênio de fato. Eu não me sinto nada confortável de saber que o convênio do ponto de vista contratual ainda está ativo, mas que de fato não está, questões que tratamos como rompimento, como rescisão de fato, no final sempre vai carecer de uma tutela judicial. Então, eu recomendo que se o convênio já não existe mais, que ele seja levado a cabo, e seja feito a rescisão desse contrato, porque em algum momento isso vai dar

problema. Número três, sobre o orçamento apresentado me chamou muito a atenção seguinte, o orçamento apresentado em dezembro/23 para 24, isso foi objeto de comentário meu à época, previa uma quantidade de pessoas alocada ao jurídico da Fundação na casa de 83 pessoas, hoje o orçamento apresentado para 25 ele cai para dez. Eu gostaria de entender o que ensejou essa redução de pessoal, e se essa redução de pessoal ela está atrelada a alguma realocação, esse pessoal foi realocado, o que ocorreu, porque eu até na condição de advogado, um jurídico com 83 cabeças é maior do que muito escritório grande de advocacia aqui na capital. E número quatro, só uma observação que conforme comentou o André, a dotação do estado para o custeio da Fundação ela vem caindo em comparação ao aumento de fontes próprias, e mesmo assim há uma interdependência da Fundação com o Estado. Se essa dotação orçamentária do Estado que ela representa em percentuais finais menor do que a fonte própria, talvez, aqui um exercício, talvez a Fundação ela esteja pronta para ir para o setor privado, não?

LÍGIA CORTEZ – Obrigada pelas considerações Giovanni. Então agora eu vou passar a palavra para o Carlos.

CARLOS WENDEL DE MAGALHÃES – Bom, em relação aos programas, eu fiquei com uma dúvida também, eu recebi outro dia, mas eu não vi na grade o Brasil Zil, se ele vai fazer parte ou se era só um piloto.

LÍGIA CORTEZ – Pode falar Enéas.

ENÉAS CARLOS PEREIRA – Você está perguntando Carlos do Bem Brasil ou do Brasil Zil? Eu não entendi.

CARLOS WENDEL DE MAGALHÃES – Brasil Zil.

ENÉAS CARLOS PEREIRA – O Brasil Zil é uma série de treze episódios na sua primeira temporada que nós coproduzimos aqui. Se vai haver uma segunda temporada..., a gente fica em função de recurso para isso, eles querem fazer, nós também, mas a gente precisa aí de alocação de recursos e tal, que isso normalmente vem a partir de captação de Lei Rouanet, mas ele tem uma primeira temporada de três meses que estreou agora, são treze episódios tá.

CARLOS WENDEL DE MAGALHÃES – Bacana. Eu acho importante, eu acho que essa questão de a gente olhar com atenção a programação é fundamental, é o nosso..., enfim, é a questão da essência da nossa instituição, e havia uma sugestão também que a gente tivesse esse quadro com valores, que eu acho que isso dá uma ideia do que significa, enfim, novas ações e a descontinuidade de outras. Então eu acho que isso é uma informação que vai nos ajudar a compreender essa movimentação. A outra consideração que eu tenho, é naquele quadro consolidado da demonstração de resultados, de fato tem um crescimento bastante importante na receita e considerando, vamos dizer, equalização pelo IPCA, ela vem do que é receita própria. Acontece que tem um crescimento muito maior dos custos e das despesas, quer dizer, a gente está indo para uma situação..., quer dizer, aumenta receita, mas aumenta em uma proporção muito maior a despesa, o que eu acho que está demonstrado em um problema de a gente ter resultados que são muito preocupantes do ponto de vista de a gente não conseguir constituir uma reserva importante para momentos e para eventualidades e etc., e para projetos específicos e para investimento, é muito saudável que a Fundação possa ter, enfim, reservas para isso. E daí eu vou ao patrimônio reservado aonde não está demonstrado, mas eu estou entendendo que é uma solicitação que eu já venho fazendo há muito tempo, eu estou entendendo que quando se introduz uma prancha do Solar Fabio Prado que é se falar sobre isso. E daí, para mim realmente é sem sentido que a gente tenha um patrimônio reservado com resultado negativo, quer dizer, então eu gostaria que realmente fosse aberto o que são essas despesas, e que a gente tivesse o que é estipulado pelo nosso regimento, porque o resultado do patrimônio reservado não se mistura ao patrimônio geral da Fundação. Aqui havia um saldo se não me falhe a memória, já acumulado em abril ou maio desse ano de 24 de três milhões, então se ele foi gasto, me parece que é uma questão preocupante que a gente tem que dar uma olhada e ter um encaminhamento sobre isso. Ainda nesse sentido, eu gostaria de solicitar à mesa Diretora do Conselho, que esclarecesse se o CEDOC foi considerado patrimônio reservado também. Eu tenho impressão que isso foi uma decisão do Conselho, que além do Solar Fabio Prado, o CEDOC passasse a integrar o patrimônio reservado da Fundação Padre Anchieta. É uma dúvida, eu peço que ao devido tempo o Conselho todo seja esclarecido, porque me pareceu uma proposta muito interessante, e eu tenho uma lembrança de que teria sido incorporado por decisão do Conselho, daí isso agravaria muito mais esse quadro porque o que o nosso regimento, nosso estatuto determina, é que o fruto do patrimônio reservado seja também patrimônio reservado e que seja tratado em destaque, e que a sua eventual utilização seja a partir de uma deliberação específica sobre isso deste colegiado do Conselho Curador da Fundação. Acho que eram essas as minhas observações.

Jey

ky

LÍGIA CORTEZ – Ok, Obrigada Carlos pelas suas observações. Por favor, vamos aos poucos contemplar com as respostas. Obrigada. Cleverson.

CLEVERSON PEREIRA DE ALMEIDA – Senhor Presidente, a cada um dos Conselheiros e das Conselheiras, mais uma vez bom dia, alguns a gente cumprimentou no café e como eu disse, antecipei e, se eu fiz atropeladamente, eu peço desculpas. No slide que no meu caso é o décimo quinto que fala dos recursos próprios, o detalhamento, eu fiquei com uma dúvida, três dúvidas, porque uma delas diz respeito ao Sesc São Paulo porque o Presidente Maluf fez uma ponderação, pelo menos foi assim que eu entendi, que não estaria..., estava caminhando bem, foi assim que eu entendi Presidente, se entendi também errado, me desculpo, que estava uma negociação caminhando bem, mas em algum momento teria havido alguma objeção, alguma coisa nesse sentido, então é saber se os nove milhões, porque nove milhões é um valor substantivo para o nosso orçamento, se de fato eles estão confirmados ou em vias de se confirmar, ou se nós vamos trabalhar com esses nove milhões com alguma margem de dúvida maior. No caso da Univesp que é um recurso também, esse muito expressivo, superior a 25 milhões, eu creio que vários dos Conselheiros, das Conselheiras que estão a acompanhar uma discussão que está se dando no âmbito do Ministério da Educação, sobre o novo marco regulatório da educação chamada Educação ao Ensino à Distância, e inclusive alguns de nós já devemos ter visto aí recentemente, andou circulando em grupos aí de redes sociais, uma música, é uma música mesmo, depois qualquer um eu acho que consegue localizar, chamado Réquiem da EAD, isso foi feito por gente ligado aos grupos maiores que trabalham com EAD. Ainda sabendo que aqui nós estamos a falar de um grupo que é governamental, a minha dúvida é, em havendo..., que é dia 31 salvo equívoco, 31 de dezembro é a última data para que essa nova proposição esteja consolidada, que está aprovada. Então, se nós estamos a trabalhar com a hipótese que esses 25 milhões eles possam não se confirmar nesses termos, ou se também esse valor já em um valor garantido para o ano de 25. E por fim, quando a gente fala aqui em 200 mil reais de receita de serviços da Jazz Sinfônica, ainda que do ponto de vista percentual todos sabemos fazer a conta, 200 mil em 142 milhões, então é residual, mas eu fiquei aqui a pensar que nós estamos a falar de cachê, me parece que é isso, quando a orquestra toca, e a gente faz aqui uma ideia de quanto seria o cachê de uma orquestra como essa, então se eu estou falado algo que procede, nós estamos aqui então considerando que a Jazz Sinfônica faria dois concertos ou que só um concerto o ano que vem recebendo um cachê, é isso mesmo? Ainda reconhecendo que os 200 mil é uma receita residual, e eu vos agradeço muito pela atenção, e como já antecipei ao nosso muito estimado Presidente, em função de um compromisso institucional no início da tarde, eu daqui a pouco vou ter que me retirar, mas tenho o compromisso com o Presidente do Conselho, e com este Conselho de continuar a acompanhar a reunião remotamente, então por isso também já desejo a cada um, a cada uma e seus familiares um Natal e um novo ano muito abençoado. Muito obrigado.

LÍGIA CORTEZ – Obrigada.

PAULO RAMOS – Eu poderia..., só respondendo à questão..., eu vou deixar alguns tópicos para o Maluf responder, mas com relação a Jazz Sinfônica, veja, esse valor ele se refere a uma expectativa mínima de receita apenas. Todos os demais, 90% das operações com a Jazz Sinfônica têm sido deficitárias. O que nós fizemos exatamente, quando eu propus lá na frente que a Jazz Sinfônica Concertos Especiais, ela passou a integrar, ela não estaria, vamos dizer assim, dentro do propósito e da proposta de 2025, é que ela tem que apresentar resultados no mínimo (2:21:12 – inaudível). Ou seja, a bilheteria mais os custos elas têm que ou dar zero ou apresentar algum lucro. Esses 200 mil é uma expectativa do lucro que a gente espera. Então veja, dentro a gente tem a folha que garante a..., mas temos também os custos com locação de equipamentos, transporte, enfim, alimentação dos músicos e tudo isso tem que ser compensada com a expectativa de bilheteria.

JOSÉ ROBERTO MALUF – Respondendo as suas outras duas questões, a primeira, do Sesc para usar as suas palavras, estamos em vias de, ok? E quanto a Univesp, eu já falei aqui sobre isso, que eu consultei a própria Univesp em relação ao ensino à distância, e ele vale para o pós-graduação para professor e etc., mas não para graduação. Os 55 mil alunos estão garantidos. Os outros assuntos, o assunto dos advogados o Doutor Edson Kawano, por favor, pode responder?

EDSON KAWANO – Senhor Presidente, senhores Conselheiros, bom dia. Esse número realmente foi uma surpresa, não existe isso, na composição do jurídico hoje integram onze profissionais, sendo seis advogados no regime de PJ, dois estagiários através de contratação própria, um assistente jurídico por

CLT, um assistente jurídico temporário e uma secretária CLT. Esta é nossa composição, agora de onde saiu esse número absurdamente...

MARÍLIA MARTON – Doutor Kawano, eu quero dizer que foi eu quem questionei isso lá atrás, o Doutor Giovanni na verdade está falando isso porque foi uma pergunta que na época ele era do Comitê de Controles, e eu que tinha feito para ele. Isso está explanado na apresentação do Paulo de março. Pode ter sido um erro de digitação, não é um problema, mas está..., eu estou com a apresentação aqui, e nela está esse número de 83. Se vocês pegarem lá em março a apresentação que está no e-mail de todo mundo, vocês vão ver que está escrito lá 83. De novo, não é uma acusação, o que o Doutor Giovanni pediu foi uma explicação, e eu até tinha me esquecido disso, quem fez essa pergunta na época foi eu porque ele era membro do Comitê Interno, e eu perguntei para ele se aquilo era normal, porque para mim 83 advogados realmente tinha sido um susto.

EDSON KAWANO – Realmente não existe esse número, eu não sei de onde saiu, realmente.

JOSÉ ROBERTO MALUF – Na época, eu me lembro muito bem desse questionamento e na época nós demos a explicação.

MARÍLIA MARTON – Não deu não.

JOSÉ ROBERTO MALUF – Demos, demos, nós demos sim essa explicação, foi erro de digitação. A empresa tem 11 pessoas, sendo X advogados, secretárias e etc., apareceu lá um 83 que eu não sei de onde apareceu, mas nós demos a explicação. Obrigado Kawano.

LÍGIA CORTEZ – Podemos dar segmento a pauta, por favor? Você tem alguma coisa a falar ainda Paulo? Obrigado. Nós temos uma pauta extensa hoje, e o tempo agora está quase se extinguindo.

PAULO RAMOS – A única coisa que...

JOSÉ ROBERTO MALUF – Mas eu tenho uma questão fortíssima a levantar, por favor. Pode ir? É o seguinte, nós temos tido conversas com o Metrô de São Paulo a respeito do imóvel do Parque Novo Mundo. A última vez que nós estivemos no Palácio conversando com o Arthur Lima, Secretário Chefe da Casa Civil, e ele encaminhou o assunto direto para o Presidente do Metrô. O Presidente do Metrô mandou fazer avaliações e etc., e na última sexta-feira iniciamos uma negociação urgente, porque eles têm resultados em dinheiro, no caixa, para nos pagar até dia 31 de dezembro se nós concordarmos com a proposta deles. A proposta deles para o imóvel da Vila Maria, e eles têm necessidade de assumir logo, porque lá vai ser o pátio de manobras da linha verde do Metrô que vai até o aeroporto de Guarulhos...

LUÍZA ROMERO DE MORAES – Eu fiquei pensando, eu imagino que o senhor vai submeter ao Conselho a proposta do Metrô e eu não tenho ideia do que vale um terreno.

JOSÉ ROBERTO MALUF – Não, mas eu vou dizer. Então eles nos mandaram uma proposta de 109 milhões e alguns quebrados, e o Paulo e eu corremos atrás, o Paulo Ramos e eu corremos atrás de uma avaliação urgente. A avaliação que nós tínhamos em vender, contratamos leiloeiro, fomos até o ponto final, e no apagar das luzes Rodrigo Garcia, ele decretou o imóvel de utilidade pública para fins de desapropriação pelo Metrô, e o Metrô tem cinco anos para fazer isso, já se passaram dois. Então, nós não pudemos fazer a venda do terreno, a avaliação na época era 102 milhões. Nós conseguimos rapidamente que o mesmo avaliador fizesse uma nova avaliação atualizando esses valores, e ele chegou ao valor entregue ontem de 110 milhões. Está aqui à disposição a avaliação para quem quiser saber. A dificuldade é a seguinte, daqui há dois dias o Metrô perde a possibilidade de fazer o acordo neste ano, ele tem que recolher o dinheiro de caixa que ele tem disponível hoje para nos pagar. Então, com 110 milhões de avaliação, que é a única que eu tenho, não tenho mais outra, nós temos, o Paulo me ajudou muito nisso, nós estamos submetendo à apreciação do Conselho...

MARÍLIA MARTON – Menos de um milhão, é isso?

JOSÉ ROBERTO MALUF – É menos de um milhão. Então o que nós estamos submetendo à apreciação dos senhores é se devemos fechar o negócio, se fechar, os advogados têm que sentar no Metrô hoje à tarde, fazer toda a documentação de transferência do imóvel, e recebermos o dinheiro até o dia 31 desse mês. Se isso não acontecer, nós vamos para o ano que vem, e aí sabe lá o que vai acontecer, porque esse dinheiro já não existirá, deverá vir outro dinheiro do governo para o Metrô e assim por diante. Eu acho que nós deveríamos aceitar essa proposta por 109 milhões no caixa da Fundação, lembrando o seguinte, esse dinheiro não é para operação, esse dinheiro é para investimento, inicialmente ele será investido no único lugar que podemos investir, Banco do Brasil, porque temos um contrato que nós somos subscritores entre o governo do estado e o Banco do Brasil, e nós somos subscritores desse contrato. Então nós temos

Jes

th

que pôr esse dinheiro à disposição do Conselho, para que o Conselho depois decida o que a Diretoria Executiva deve investir ou não investir, ou o que fazer. Não temos ideia nesse momento do que fazer, aliás, temos ideia, mas não é o momento de falar disso, nós traremos aqui propostas para o Conselho para que o Conselho decida por A, por B, por C ou por D, por enquanto é apenas o seguinte, fechamos o negócio ou não fechamos o negócio? Eu queria ouvir o senhor Presidente e os senhores Conselheiros, senhora Secretária se os senhores estão de acordo.

LÍGIA CORTEZ – O Matias pediu a palavra e a Bia Bracher, depois você Marcos e depois a Neca.

ANTÔNIO MATIAS – Eu estou favoravelmente surpreso com a notícia, achando que é uma grande notícia para esse Conselho examinar, porque acompanhando à distância essa situação, eu percebi que ela podia se arrastar por muito tempo, e talvez nós não teríamos uma solução boa. Me parece excepcional a proposta, eu entendo que merece um aplauso toda a gestão que foi feita com o governo para que ele nos abrisse essa solução, e no meu ponto de vista eu recomendo fortemente que isso seja aprovado, e que esses recursos venham, que não serão utilizados no custeio, que venham para que a própria Fundação possa junto com a Diretoria, examinar bons usos que eu acho que existem bons usos potenciais com esse recurso, mas se nós perdermos essa oportunidade, no meu ponto de vista e com a minha experiência pessoal, nós provavelmente vamos carregar essa dúvida aí por muito tempo, e talvez tenha um desfecho muito desagradável se a gente não fizer isso hoje. Eu achei muito boa a notícia e me surpreende favoravelmente. Obrigado.

LÍGIA CORTEZ – Obrigada Matias. Bia Bracher, por favor.

BEATRIZ BRACHER – Bom dia a todos. A questão minha era a anterior, enfim, acabou se misturando, então eu vou falar muito rápido. O Carlos pediu a confirmação se o CEDOC é patrimônio reservado ou não, eu acharia importante..., consta em Ata que a decisão que nós fizemos é que é um patrimônio reservado que esse Conselho já resolveu. Então eu só queria que..., a não ser que alguém se lembre diferente, eu acho que precisa estar registrado isso, e depois talvez ter uma conversa no outro Conselho menor e não sei o que, o que isso significa em termos da continuidade do trabalho no CEDOC ou da renda que de lá vier, enfim, a gente pode discutir depois, mas eu acho que nesse momento só queria deixar registrado isso.

LÍGIA CORTEZ – Obrigada Bia. Então, por favor, agora Marcos Mendonça, depois a Neca e depois o Giovanni Rea.

MARCOS MENDONÇA – Eu acho que, queria opinar a esse respeito, essa questão desse terreno é algo que se alonga há muitos e muitos anos, o Conselho talvez não tenha conhecimento, mas esse terreno era onde existia a torre da antena da Rádio Cultura, então ele tinha essa utilização, e nós não tínhamos como comercializar esse espaço. A partir de determinado momento, na minha gestão anterior, eu consegui transferir essa antena para a beira da represa de Interlagos, então a antena da rádio hoje está à beira da represa de Interlagos, e esse imóvel foi liberado então para poder ser utilizado de uma outra maneira. A partir de determinado momento, o Metrô entendeu de desapropriar esse imóvel para refazer um pátio de estação daquele terminal ali da Vila Maria. Se efetuou essa negociação com o Metrô, e nós fizemos uma avaliação à época, e pedimos inclusive autorização para o Ministério Público para poder comercializar esse imóvel. Quando estava tudo resolvido e ajustado para se fechar valores e tudo mais, não me recordo mais à época, com a aprovação do Conselho à época, o Metrô resolveu, entendeu de modificar o seu planejamento, e ele abandonou a ideia de desapropriação. Então isso parou, aquele imóvel está lá, vamos dizer, sem utilização, e hoje surge essa oportunidade nova de uma comercialização por um valor que é o valor da avaliação. Nós temos que considerar ainda que não há nem intermediação nessa questão, quer dizer, é uma negociação direta, qualquer corretagem aí nós teríamos 6% no mínimo de comissão a abater do valor. Então eu acho que é uma oportunidade excepcional e imperdível para a Fundação de poder ter esses recursos para investir na sua atividade FIM, a atividade FIM dela é exatamente o sistema de rádio, comunicação e tudo mais, e na medida inclusive em que o Estado passe as suas dificuldades, tem restringindo os valores de investimento, é fundamental que a Fundação tenha recursos para fazer esse investimento. Aqui foi colocado, por exemplo, as dificuldades que a Fundação tem só de manter o telhado, quer dizer, permanentemente nós estamos em edifícios que tem mais de 50 anos, isso aqui é da década de 70, nós temos cinquenta e poucos anos, e evidentemente apresenta uma série de deficiências e carências que precisam de investimentos permanentes. Então nós temos aí uma oportunidade, e esse dinheiro vai ficar preso para decisões e deliberações do Conselho, então eu quero aqui parabenizar aí a direção por obter essa negociação, retomar essa negociação com o Metrô, e pelo valor que está sendo

SECRETARIA

apurado eu quero até dizer que tem a minha aprovação total, e eu até me empenho junto aos pares que aprovem essa venda.

LÍGIA CORTEZ – Obrigado Marcos. Neca.

MARIA ALICE SETÚBAL – Eu vou ser rápida porque vou fazer coro ao Matias, ao Marcos e parabenizar, acho que é uma excelente notícia, parabéns.

LUIZA TRAJANO – Eu acho que quem não concordar deve falar.

MARIA ALICE SETÚBAL – É, eu acho que é isso, parabéns e eu acho só que a gente tem que ter depois muita calma para ver depois junto com o Conselho, com muita calma para fazer ou onde vai fazer esse investimento.

JOSÉ ROBERTO MALUF – Não vamos gastar nenhum tostão. Eu só quero isso que vocês estão fazendo, autorização para dizer que está vendido, porque sem isso eu não posso fazer, e o dinheiro ficará aplicado como eu disse no Banco do Brasil, até porque não pode ser em outro lugar, e até o que o Conselho decida o que fazer com ele.

MARCOS MENDONÇA – Maluf, só uma indagação, aquela autorização do Ministério Público foi atualizada ou é aquela mesma...

JOSÉ ROBERTO MALUF – Eu só tenho aquele material do passado, eu não tenho nada...

MARCOS MENDONÇA – Mas ela se autorizou em determinado momento por aquele valor de avaliação, aquilo prevalece.

JOSÉ ROBERTO MALUF – Então ela autorizou por 102 milhões, nós estamos com os 109.

MARÍLIA MARTON – Maluf, eu ia fazer essa proposta, eu acho que sim, não sei nem se a gente tem quórum para aprovar isso, mas de qualquer jeito depois isso tem que documentar né, porque a gente vai ter que assinar e tal em um documento apartado, mas a minha proposta para você é o seguinte, sim, acho que você tem que ir lá tentar ver se eles dão esses quebradinhos para você..., os quebradinhos que faltam para chegar no 110 da atualização...

JOSÉ ROBERTO MALUF – Não vai conseguir.

MARÍLIA MARTON – Eu sei que não vai, não tem problema você não conseguir, o que eu acho e acho que o Kawano vai até concordar que, o ideal seria você registrar que você apresentou uma proposta, eles apresentaram essa contraproposta e diante de uma diferença que, enfim, pelos anos de negociação..., porque nós temos que deixar registrado, lembra gente, a gente está falando de dinheiro público, patrimônio público, isso tudo tem lá uma série de procedimentos, que a gente precisa ter ele registrado que você não cometeu nenhum excesso de que abriu mão de receitas da Fundação, eu estou falando isso porque a gente sabe como funciona essas coisas tá.

PRESIDENTE (Fabio Magalhães) – Nós estamos com um valor acima da autorização.

MARÍLIA MARTON – Sim, mas a autorização é dada de dois anos e provavelmente ela vai querer..., o estudo que o Maluf fez é em cima dos 102 e que está dando 110, por isso que eu estou dizendo, de qualquer jeito precisa ficar registrado, porque inclusive a Fundação batalhou, mas estava lá disponível naquele momento, e a gente sabe que isso em um momento de discussão judicial realmente é abaixar, dizer que não teve nenhum intermediário porque isso também compromete.

JOSÉ ROBERTO MALUF – Conta, 6%.

MARÍLIA MARTON – Exatamente, isso também garante que não teve nenhum pagamento de intermediário, isso tudo computa que não teve nenhum desleixo ou qualquer coisa...

JOSÉ ROBERTO MALUF – Nenhum desvio.

MARÍLIA MARTON – Não, desleixo de saber que você tomou todas as providências para que esse dinheiro viesse 100%, e sim, eu acho que até por conta do Ministério Público de Fundações, não sei quem vai desenhar esse termo, que esse recurso vai ser depositado em um fundo do Banco do Brasil conforme você já disse, e ele não será movimentado sobre nenhum aspecto, e nem será usado como garantia até que esse Conselho tome as decisões. É só sobre isso e aí eu quero que fique isso na Ata registrado, não vai cortar a minha fala.

PRESIDENTE (Fabio Magalhães) – Eu estou de acordo, eu estou de acordo.

LUIZA TRAJANO – Foi a melhor notícia que eu recebi em três anos, porque é só falta de dinheiro e não tem investimento, tem que fazer aquilo, tem que..., agora eu acredito que você vai fazer da melhor forma possível.

JOSÉ ROBERTO MALUF – Será uma coisa totalmente transparente e outra coisa...

RENOTADO
4º COP 160

LÍGIA CORTEZ – Muito bem, eu vou passar a palavra rapidamente, por favor, para o Giovanni Rea, depois para o Carlos para a gente...

LUIZA TRAJANO – Se ele não concordar, se ele concordar...

GIOVANNI REA – Eu não quero jogar água no chopp, mas a alínea D do inciso dois do artigo 14 do Estatuto, prevê que nós precisamos de quórum qualificado para aprovar essa deliberação. O que diz a alínea D, autorizar a aquisição, alienação e ordenação de bens e imóveis, e quando onerosa a aceitação de doadores legados subvenção, ou seja, eu estou que nós precisamos de 25 votos aprovando, não presentes, aprovando, nós temos 25? Porque eu vejo que online temos 8.

EDSON KAWANO – Eu acho que está havendo um equívoco Doutor Rea, e eu gostaria de esclarecer. A forma aquisitiva é uma expropriação, ou seja, desapropriação. Não dá para discutir motivação da desapropriação, a desapropriação está feita, o que se discute é preço apenas, então as formalidades do Ministério Público, outras formalidades ficam superadas, porque o processo é expropriação compulsória, é desapropriação.

GIOVANNI REA – Eu discordo, aqui nós estamos diante para aprovar a aceitação de uma proposta, ou seja, haveria um acordo formalizado com o Metrô.

JOSÉ ROBERTO MALUF – Nós estamos aqui para aceitar ou não o preço.

EDSON KAWANO – Nós estamos discutindo a questão do preço apenas, o processo expropriatório independe de qualquer formalidade, a administração pública tem essa faculdade de vir desapropriar compulsoriamente bem particular.

GIOVANNI REA – Tudo bem, mas se nós temos que negociar o preço, tem que aplicar a alínea D.

LÍGIA CORTEZ – Nós temos 25 participantes, poderíamos seguir em frente, porque nós estamos com o nosso tempo muito, muito apertadinho.

GIOVANNI REA – Tudo bem, mas eu quero só colocar o seguinte, eu só voto aprovando, só voto aprovando se todo o patrimônio, todo o valor negociado ficar condicionado ao patrimônio reservado, do contrário eu voto contra.

MARÍLIA MARTON – Giovanni, eu acabei de falar isso, a proposta como precisa decidir a toque de caixa, só para ficar claro, o que nós estamos propondo aqui é permitir a negociação da venda para que seja colocado o dinheiro, e ele entre em um fundo e que esse fundo não seja em hipótese alguma utilizado de nenhuma forma, isso eu queria que a gente deixasse claro aqui no documento, porque independente de a gente estar com quórum ou não, a gente vai ter que mandar isso para a gente assinar...

PRESIDENTE (Fabio Magalhães) – Nós temos quórum.

MARÍLIA MARTON – Não, não, mas de qualquer jeito pode ter alguém que saiu, caiu, e queria assinar o documento aprovando, acho que não é um problema e que esse recurso só venha a ser discutido junto ao Conselho sobre qualquer hipótese, aí a gente pode discutir lá na frente Giovanni se ele vai ser um endowment, não pode falar endowment, no Brasil não é, mas aí vocês do banco sabem do que eu estou falando, de como um fundo de endowment para fazer frente, ou se ele vai ser um fundo garantidor, ou se ele vai ser usado em parte para investimento, aí eu acho que é uma outra discussão.

JOSÉ ROBERTO MALUF – Essa é a minha proposta, essa é a minha proposta.

GIOVANNI REA – Ou no mínimo no patrimônio reservado, tem regra no Estatuto para isso, não precisa deixar para depois. Olha, se não é reservado, eu sou contra. Registra meu voto que eu sou contra.

JOSÉ ROBERTO MALUF – Então registra o seu voto, pronto.

GUILHEME AMORIM – Posso fazer um comentário? A questão é o seguinte, nós já tivemos a autorização para a venda desse imóvel. Essa questão é uma questão superada, nós já tivemos a autorização para a venda desse imóvel, e aí sobreveio a desapropriação. Nós vamos ter que fazer uma nova autorização para a venda do imóvel para a fim de fazer a anuência do preço? Nós estamos criando novas fases onde não existe isso, nós já tivemos uma autorização, inclusive da Curadoria de Fundações para prosseguir, tanto que foi feito um edital, e que daí ele foi paralisado porque sobreveio o decreto do governador Rodrigo Garcia, decreto de interesse social. Então eu acho que essa questão está superada.

PRESIDENTE (Fabio Magalhães) – Está superada, isso mesmo.

CARLOS WENDEL DE MAGALHÃES – Bom, eu estou inscrito e gostaria de falar.

LÍGIA CORTEZ – Pode falar.

CARLOS WENDEL DE MAGALHÃES – Primeiro é assim, eu acho que, se é uma questão superada eu não sei o que é que a gente está conversando aqui Doutor Guilherme, me desculpe, é uma colocação da maior

importância trazida pelo Presidente da Diretoria Executiva, então vamos ouvir. As ponderações que Secretária Marília fez me parecem totalmente pertinentes, a que o Conselheiro Giovanni fez também, quer dizer, já existe o Estatuto do patrimônio reservado, o Paulo e o Maluf acabaram de dizer que não podem ter sobra, porque senão pode ser recolhido eu não sei para que caixa único do estado e etc...

JOSÉ ROBERTO MALUF – Não nesse caso, não nesse caso.

CARLOS WENDEL DE MAGALHÃES – Então, nesse caso não garantido por quem?

JOSÉ ROBERTO MALUF – Pela origem, pela origem do dinheiro Doutor.

CARLOS WENDEL DE MAGALHÃES – Eu estou falando Presidente, pode ter paciência de me ouvir, por favor. O que eu acho é que a gente deve ter, me parece que é uma oportunidade relevante para a Fundação, e eu acho que se resolve simplesmente deliberando que esse recurso passa a integrar o patrimônio reservado da Fundação, no Estatuto que preserva a questão de garantia de um uso definido pelo Conselho sob proposta para algum tipo de projeto que preserve de possível penhora. Eu tenho uma preocupação enorme com as questões trabalhistas que nós somos, enfim, das ações, acho que é um tema para a gente discutir de como isso está sendo, enfim, conduzido, então eu acho que a proteção desse recurso, tem que ser a máxima possível, então o meu voto é nesse sentido também, integrando o patrimônio reservado da Fundação, eu estou de pleno acordo, e eu queria pedir licença porque às 12 horas eu tenho que me retirar por conta de um voo.

MARÍLIA MARTON – Posso só fazer uma proposta para você e o Giovanni? A gente precisa decidir a questão do valor hoje, porque senão vai perder essa janela de oportunidade, infelizmente é meio a toque de caixa. De novo, a gente não pode aceitar colocando em um fundo, e ele ficar imexível até a próxima reunião quando a gente discute como ele vai ser integralizado ou contabilmente colocado? Porque aí, inclusive, para que seja apresentado o que significa um fundo sim, um fundo A, um fundo B e assim os Conselheiros terem a oportunidade de conhecerem e saberem exatamente o uso desse dinheiro?

CARLOS WENDEL DE MAGALHÃES – Eu acho que sim Secretária, mas o que eu estava defendendo, é que a gente já tem estatutariamente essa defesa que é o patrimônio reservado que está definido em nosso Estatuto, e ele pode ser usado de acordo com deliberação desse Conselho, ele não pode ser usado por deliberação da Diretoria Executiva. Então isso é absolutamente tranquilo, agora, isto eu retomo a questão que não vem sendo cumprido, quer dizer, então também é uma posição desconfortável, quando a gente vê uma apresentação aonde não tem o cumprimento de uma regra estatutária de manter o patrimônio reservado, separado, segregado do patrimônio geral da Fundação.

LÍGIA CORTEZ – O Matias pediu a palavra rapidamente.

ANTÔNIO MATIAS – Na realidade eu acompanho a Secretária, porque eu acho que ao tomarmos uma decisão, até com base nessa argumentação de vocês Giovanni e Carlos, de que este recurso deverá ir para o patrimônio reservado, nós estamos antecipando aquilo que foi proposto que é o Conselho decidir o que fazer com esse recurso, eu acho que não cabe tomar essa decisão neste momento, ela pode até ser tomada, pode até ser essa decisão, ele vai integralmente para o patrimônio reservado, ele vai parcialmente para o patrimônio reservado, a forma como ele se mexe ou não se mexe, enfim, estará sempre a guarda do Conselho, e isto será dentro de uma visão de proteção do patrimônio da Fundação. Então eu acho que, enfim, respeitando os argumentos, seria antecipar uma decisão do Conselho, e foi dito que ela terá que existir depois. Então a minha recomendação acho que, enfim, temos aí quórum, que essa questão do valor seja evidentemente liberada, porque senão você estará cometendo um suicídio para a própria Fundação e para TV Cultura ao perder essa oportunidade, esse é o meu ponto de vista e a segunda coisa é que a gente faça isso com uma documentação correta, uma visão jurídica perfeita, e que tenha a oportunidade deste Conselho confirmar ou não se é patrimônio reservado integral, enfim, parcial, não conheço os detalhes, mas acho que esta decisão é uma decisão que tem que ficar claramente tomada pelo Conselho que está liberado esta operação.

PRESIDENTE (Fabio Magalhães) – Muito bom.

LÍGIA CORTEZ – Perfeito, concordo plenamente Matias. Então podemos colocar em votação a venda, por favor? (Aceita a proposta).

JOSÉ ROBERTO MALUF – Muito obrigado por todo apoio dos senhores e das senhoras. Muito bem, eu só tenho mais dois assuntos, primeiro cumprimentar a nossa colega aqui presente, Doutora Antonia Quintão, fez uma palestra extraordinária aqui na Fundação, cadeiras extras tiveram que ser trazidas para ouvir a Doutora Antonia Quintão. Em segundo, e último assunto, dizer primeiro para a Luíza que eu agradeço as

aj

th

providências que os funcionários tiveram e tal, mas não gostei da forma, chamar a Diretoria de erva daninha, não é uma coisa que devia ter sido feita. Então que com uma erva daninha a gente não pode concordar. E por último, dizer que as negociações com o senhor deputado Alex Madureira, que é o relator do orçamento, e vão muito bem. O deputado Eduardo Suplicy apresentou uma emenda para o ano que vem para a Fundação Padre Anchieta, sem falar conosco heim, de oito milhões, oitocentos e setenta e um mil reais, e o deputado Alex Madureira vai incluir essa emenda já no item custeio, portanto, o governo teria só que colocar mais oito milhões, sete milhões, para completar a emenda. Acho que estamos indo em um bom caminho para resolver o assunto, além das duas emendas que a Luíza já lembrou aqui, nós temos mais uma possibilidade de resolver o problema do orçamento. Muito obrigado.

PRESIDENTE (Fabio Magalhães) – Ele está perguntando aqui que não houve formalmente a aprovação, porque teve uma ampla discussão, todas as questões que tiveram dúvidas foram esclarecidas, de maneira que eu considero a apresentação do Paulo aprovada por esse Conselho. No caso da venda do terreno, eu tenho informação aqui, o Giovanni quer expressar que ele foi contra, votou contra a venda do terreno. O Giovanni Rea votou contra, então temos um voto contra que é do Giovanni Rea.

LÍGIA CORTEZ – Muito bem, então eu vou passar a palavra para a professora Antonia.

PRESIDENTE (Fabio Magalhães) – Eu quero também informar vocês, que eu tenho uma procuração do Eugênio Bucci, portanto, eu tenho dois votos. A Marília também conta como dois votos.

LÍGIA CORTEZ – Então vamos dar continuidade.

ANTONIA QUINTÃO – Bom dia a todas e todos já no encerramento e em geral eu fico como eu disse, aguardando esse tópico outros assuntos, então eu quero inicialmente agradecer o Presidente pelo convite, pelo espaço, pela possibilidade de tratar desse tema, diversidade, equidade e inclusão, que é uma pauta que eu trago aqui para a nossa reflexão. Quero dizer que fui recebida com muitas gentilezas, de uma maneira muito amável, e que eu gostei muito de conhecer a equipe ou para usar uma palavra da moda, o time aqui da Fundação, e é sempre muito bom para quem fala escutar um público tão atencioso, um público tão amável, um público tão educado, de forma que aquece o coração, e ainda no final eu fui muito bem acolhida, eu até comentava, eu fui até chamada para tirar self, de forma que eu me senti quase uma celebridade aqui. Muito obrigada, muito obrigada pelo espaço, e esse é um tema que certamente a gente vai continuar. Agora só para fechar, durante a apresentação da programação, eu refleti sobre isso e até compartilho, pensei, mas será que essas programações estão contemplando diversidade e a inclusão? Porque está no nosso código, e isso muito importante, acho que é um critério valioso também para as nossas seleções. Muito obrigada viu.

JOSÉ ROBERTO MALUF – Estão, fique tranquila.

LÍGIA CORTEZ – Parabéns professora, ficamos muito contentes. Nós temos uma pauta ainda muito extensa, já acabou o nosso tempo, vamos pedir para o Enéas, por favor, fazer essa apresentação o ano que vem, em fevereiro e gostaria só de concluir e dar a palavra então ao Conselheiro...

JOSÉ ROBERTO MALUF – Só uma coisinha então, eu quero entregar o Relatório de Atividades da Diretoria Executiva do ano de 2024, para o Presidente da Fundação.

PRESIDENTE (Fabio Magalhães) – Pois é, mas isso aqui será impresso, será entregue a todos os Conselheiros como todo ano fazemos.

ENÉAS CARLOS PEREIRA – Gente, importante, isso é só um draft que tem um corte em outubro, ele é um draft do relatório, ainda tem dois meses aí para concluir.

LÍGIA CORTEZ – Ótimo. André, você gostaria de falar antes do Augusto, você sente necessidade ou ele pode falar?

ANDRÉ LAHOZ – Não. Vários pontos que foram tocados aqui, patrimônio reservado, situação de pessoal, eu acho que a gente vai ter oportunidade de voltar nos próximos meses, então eu acho que no Comitê ali a gente vai ter mais material, mas por mim está tudo certo.

LÍGIA CORTEZ – Obrigada. Então a palavra está com o Augusto, e a gente conclui a nossa reunião.

AUGUSTO RODRIGUES – No dia 4 gente, nós fizemos uma reunião aqui do Comitê Estratégico e de Curadoria. Participaram da reunião, eu, a Beatriz Bracher, a Luíza Moraes, a Maria Alice Setúbal, o Enéas Pereira e o José Roberto Maluf, o Fabio participou no final. Então, a maior parte das coisas já foram definidas aqui, já foram decididas hoje, mas eu vou só colocar que o Vice-Presidente Enéas, que ele explicasse um pouco da programação. Enéas, nós já falamos a programação, não é? Informou o encerramento dos programas a TV Cultura, destacou que para o mês de dezembro haverá 17 estreias em

série, com um destaque para uma série com 17 programas que estão aqui que vocês já sabem. A Conselheira Bia Bracher sugeriu (2:57:36 – inaudível) realizado pela TV Cultura que foi aprovada pela Diretoria Executiva. Então, eu creio que essa proposta da Bia Bracher agora ela tem que entrar daqui a pouquinho, quer dizer, na verdade essa coisa da realização de um artigo com uma divulgação maior nas mídias das produções próprias realizadas pela TV Cultura. O segundo item é índice de audiência, isso nós não vimos ainda. Enéas, fala um pouquinho sobre isso para nós, porque você falou o seguinte para nós, informou que houve algumas melhoras nos níveis de audiência como, por exemplo, 30% onde o foco principal foi no jornalismo. Foi explicado que essa retomada da audiência (2:58:24 – inaudível) da TV Cultura, não está acontecendo como nas outras emissoras.

ENÉAS CARLOS PEREIRA – Está bom, eu estava deixando o estudo para o ano que vem, mas só para sintetizar tudo isso, é o seguinte, a gente tem uma estreia de..., a gente tem 16, 17 agora novos programas estreando em dezembro, a gente já conversou um pouco sobre isso, tinha até um vídeo sobre essas estreias e além disso, umas coisas importantes para a gente pensar em fechamento de ano, a gente conseguiu 1.730, não me lembro exatamente, quatro horas de exibições inéditas ao longo de 2024. Dessas 1.734 horas de exibições inéditas da TV Cultura, a gente conseguiu chegar aos 70% de produção própria. Então aquilo que a gente traçou como meta em 2019, quando chegou aqui, que era ter 70% da exibição inédita produzida pela TV Cultura, a gente consegue entregar ainda em 24, eu acho que é importante ressaltar isso. Nos últimos 45 dias, a gente registra um certo aumento de audiência na programação, em especial no Jornal da Cultura a noite, e no Jornal a Tarde na hora do almoço. Isso para nós é muito bom, porque como o Márcio mostrou na apresentação do Comitê de Auditoria, eles são carros chefes de anúncio nosso, então isso é importante, está bom? Então para sintetizar é isso gente, e se vocês assistirem à programação ao longo de dezembro, vocês verão que tem muita, muita, muita atração estreando e a gente completa, complementa o ano de 24 no dia 31 de dezembro, onde a gente vai mostrar o show de abertura da Catedral de Notre-Dame, a gente mostra o show como especial de final de ano, está bom? É isso gente.

AUGUSTO RODRIGUES – Gente, agora nesse item três, relações com o governo, muita coisa o Presidente Maluf já falou. Ele já falou da reunião com o deputado Alex Madureira, (3:00:41 – inaudível) de 2025 já falou. A Conselheira Luíza Moraes apresentou a ação relacionada junto ao Sindicato junto a Assembleia Legislativa. E aí eu vou falar um pouquinho também sobre esse tema, eu fiquei esse tempo todo aqui, mas eu vou falar agora. Eu creio que daqui para frente nós vamos ter que ter, viu Paulo, mais relacionamento com a Secretaria. Esse relatório que você apresentou aqui tinha que ser já fechado com a Secretaria da Cultura, não foi fechado né? Então eu creio que essa coisa tem que ser mais conversada. Então há duas questões aqui dentro hoje, uma relação nossa com o Sindicato, através da Luíza, e segundo uma questão da Fundação Padre Anchieta com o Governo do Estado. Então eu acho que nós vamos ter que conversar mais sobre isso. E agora viu Paulo, o que você apresentou, essa proposta para 2025, e que nós aprovamos aqui, nós aprovamos quase tudo, eu creio que agora depois de março, nós vamos poder ter que fazer uma reunião mensal sobre isso, e mesmo nós aqui do Conselho, temos que aprovar isso aí mensalmente, nós não estamos fazendo isso, mas vamos ter que fazer. Bom, item quatro e cinco, a palestra da Conselheira Antonia Quintão foi muito boa, você já falou aí que foi muito bem, e você apresentou também Conselheira, uma proposta sobre o tema da inclusão para a Fundação Padre Anchieta, um curso, tema já proposto, e que irá propor na próxima reunião do Conselho, a criação de um Comitê também, Comitê de Equidade e Inclusão na Fundação Padre Anchieta. Então como é que está isso José Roberto?

JOSÉ ROBERTO MALUF – Esse assunto está em discussão internamente, mas o Comitê é criado no Conselho e não na Diretoria Executiva.

AUGUSTO RODRIGUES – Então tem esse negócio do Comitê de Equidade e Inclusão na FPA e os cursos dela, curso sobre o tema da inclusão. A Conselheira Neca Setúbal recomendou que (3:03:11 – inaudível) da Fundação Padre Anchieta, se leve em consideração também o fator como gênero e raça. Agora, nós já estamos levando isso em conta agora né. Item seis, contingenciamento orçamentário, o Presidente Fabio explicou que as demissões dos funcionários, que aconteceram nos últimos meses, foram devidas as receitas serem menores, depois não cobriam as despesas, finalizando e informando que pela perspectiva de retorno do valor de custeio para 2025. Não haverá mais cortes para o próximo ano. Então Luíza, eu acho que é para você isso. Não haverá mais corte no próximo ano. O Presidente informou aos

participantes do Comitê, que só haverá cortes de despesas, inclusive de funcionários no caso de (3:03:56 – inaudível) pelo governo pela recomposição do orçamento atual, o que não aconteceu né José Roberto.

JOSÉ ROBERTO MALUF – O que?

AUGUSTO RODRIGUES – Não haverá cortes, não deverá haver cortes mais para o próximo ano, corte de pessoal e etc.

JOSÉ ROBERTO MALUF – Propôs, não haverá cortes porque nós tivemos uma recomposição do orçamento. Agora, se houver a manutenção do custeio zero, eu não posso garantir isso, é isso. Isso precisa ficar claro.

AUGUSTO RODRIGUES – Item sete, acordo publicitário e empresarial. Foi explicado pelo Presidente Maluf, que houve uma mudança na Diretoria de marketing do Banco Itaú, e que o relacionamento deverá ser ajustado com ela. A Conselheira Neca Setúbal explicou ao Comitê sobre o relacionamento da Fundação Padre Anchieta do Todos Pela Saúde da Fundação Itaú, mas o Fabio falou que mandou isso viu Neca, o Fabio falou que mandou para vocês lá e precisa ver lá com a moça se ela recebeu mesmo e se está tudo ok. Parece que o Todos Pela Saúde não está ainda..., seria muito bom se tivesse isso, uma parceria com o Instituto com a Fundação Padre Anchieta. Item oito, (3:05:24 – inaudível) da Fundação Padre Anchieta cobra as mudanças climáticas. Aí o Fabio propôs a vinda de uma moça. Sugerido pela Bia Bracher, a presença de comentaristas no Jornal de ambientalistas, especialistas no assunto ligados a COP30 que vai acontecer em Belém do Pará. A ideia foi aceita pelo Presidente Maluf que fará parte do projeto de cobertura dessa COP30 aqui em Belém do Pará, ok? Item 9, o uso de celulares em sala de aula. O Presidente Maluf reafirmou que o assunto está coberto pela área de jornalismo da Fundação Padre Anchieta. Eu também estou vendo isso, e estou achando que está tudo sob controle para o tema do uso de aparelhos celulares. O tema de uso de Bets, a TV Cultura é a única emissora que realiza críticas as Bets, e que as reportagens terão continuidade. Obviamente que isso também é uma coisa interessante, porque as outras televisões estão fazendo um elogio das Bets. Tema da saúde, eu sugeri um programa sobre o tema (3:06:37 – inaudível). O Presidente Maluf mencionou o exemplo do programa Bem-Estar aos sábados de manhã. Todos nós vimos juntos, e a gente explora o tema, informando a atração, tem essa atração, esse programa tem meia hora, afirmando que poderia aumentar o seu tempo de exibição. Sugerido um programa com apoio de grandes grupos de saúde, como Fleury e a Droga Raia. O Presidente Maluf relatou que fará um projeto para esse tipo de programa que ficará aguardando patrocínio e etc. É isso aí gente, ok? Maluf, contamos com você heim.

JOSÉ ROBERTO MALUF – Está tudo certo, tocamos a vida.

PRESIDENTE (Fabio Magalhães) – Para encerrar a reunião eu quero desejar a todos Feliz Natal, boas festas e nos encontramos em fevereiro. Agradeço a presença da Secretária nas reuniões, a presença de todos vocês e desejo um Feliz Ano Novo. Muito obrigado.


Fabio Magalhães
Presidente do Conselho Curador


Ligia Maria Camargo Silva Cortez
Secretária da Mesa Diretora do Conselho Curador



EXTRATO

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO CURADOR DA FUNDAÇÃO PADRE ANCHIETA, CENTRO PAULISTA DE RÁDIO E TV EDUCATIVAS, REALIZADA NO DIA ONZE DO MÊS DE DEZEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E QUATRO.

Aos onze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e quatro, às nove horas, realizou-se a Reunião Ordinária do Conselho Curador da Fundação Padre Anchieta - Centro Paulista de Rádio e TV Educativas, Presencial e por Videoconferência pela plataforma Zoom. O áudio da reunião foi devidamente gravado. Os Conselheiros que participaram eletronicamente serão considerados presentes na Reunião Ordinária do Conselho Curador da Fundação Padre Anchieta, para todos os efeitos legais. Participaram os seguintes Conselheiros: **ALDO VALENTIM, ANDRÉ LAHÓZ MENDONÇA DE BARROS, ANTONIA APARECIDA QUINTÃO, ANTÔNIO JACINTO MATIAS, CLEVERSON PEREIRA DE ALMEIDA** (Repres. do Reitor Mackenzie – Professor Marco Tullio Vasconcelos), **AUGUSTO RODRIGUES, BEATRIZ BRACHER, CARLOS WENDEL DE MAGALHÃES, EUGÊNIO BUCCI, EUNICE APARECIDA DE JESUS PRUDENTE, FABIO MAGALHÃES, FABIO ARRUDA MORTARA, GAUDÊNCIO TORQUATO, GIOVANNI REA, GUILHERME AMORIM CAMPOS DA SILVA, JOSÉ RENATO NALINI, LÍGIA MARIA CAMARGO S. CORTEZ, LILIA SCHWARCZ, LUCINÉIA ROSA DOS SANTOS, LUIZA HELENA TRAJANO, LUÍZA ROMERO DE MORAES, MARCO AURÉLIO CREMASCO** (Repres. do Reitor da Unicamp – Prof. Antonio José de Almeida Meirelles), **MARCOS MENDONÇA, MARIA ALICE SETÚBAL, MARIA HERMÍNIA TAVARES DE ALMEIDA, MARÍLIA MARTON CORREA** (Secretária de Estado da Cultura e Economia Criativa e Presidente do Conselho Estadual de Cultura), **MILTON FLAVIO LAUTENSCHLAGER** (Repres. do Presidente da FAPESP – Professor Doutor Marco Antônio Zaggo), **RAUL BORGES GUIMARÃES** (Repres. do Reitor da UNESP – Prof. Pasqual Barreti), **REGINA CÉLIA SANTANA** (Secretária Municipal da Cultura), **RENATA DE ALMEIDA, RENATO JANINE RIBEIRO** (Presidente da SBPC). Conselheiros que justificaram ausência: **BIANCA BORGES, CARLOS GILBERTO CARLOTTI JR., CELSO NISKIER, CRISTINE TAKUÁ, DJAMILA TAÍS RIBEIRO DOS SANTOS, FERNANDO PADULA NOVAES, GABRIEL JORGE FERREIRA, MARIA IZABEL AZEVEDO NORONHA, MARIA HELENA GUIMARÃES DE CASTRO, RENATA MACHADO TUPINAMBÁ, RENATO FEDER, RICARDO RAMOS FILHO, SAMUEL KINOSHITA, VIDAL SERRANO NUNES JUNIOR.**

Após o item 3 da pauta, foram convidados para participar da reunião: **Cristiano Blumenthal, Edson Kawano, Enéas Carlos Pereira, José Roberto Maluf, Paula Cavalcanti, Paulo Ramos, Márcio Montagner, Nelson Faria**, membros da Diretoria Executiva e Auditoria Interna do Conselho.

1- ABERTURA

O Presidente do Conselho, Fabio Magalhães, deu início à reunião com saudações aos Conselheiros, citando a reportagem da Folha de São Paulo sobre o livro da Conselheira Beatriz Bracher, e compartilhando a participação da Conselheira Lilia Schwarcz no programa Entrelinhas, da TV Cultura.

2- APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO DO MÊS DE NOVEMBRO/24

A Ata referente à reunião de novembro de 2024 foi aprovada pelos Conselheiros presentes, com as observações complementares do Conselheiro Giovanni Rea, aceitas pelo Presidente Fabio Magalhães.

3- CONSIDERAÇÕES FINAIS DOS CONSELHEIROS SOBRE A MANIFESTAÇÃO DA CURADORA DE FUNDAÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO

A respeito do item 3 da pauta, *Considerações Finais dos Conselheiros Sobre a Manifestação da Curadora de Fundações do Ministério Público*, foi aprovada por todos os Conselheiros presentes a proposta do Conselheiro Guilherme Amorim, em resposta a manifestação da Curadoria de Fundações do Ministério Público. Segue abaixo trecho da explanação do Conselheiro:



[...] as providências que foram solicitadas pela senhora Curadora de Fundações foram prontamente acatadas pelo Conselho Curador, nós temos uma consideração de que, portanto, a partir de agora o assunto está sendo tratado no âmbito das atribuições da Curadoria de Fundações, justamente, inclusive, a partir das informações que foram prestadas por esse Conselho e pelo próprio Conselheiro Carlos Magalhães. Então, nós agora temos que aguardar de uma forma bastante serena, quais são as próximas providências que serão adotadas no âmbito da própria condução, que vem sendo providenciado pela Curadora de Fundações no âmbito do procedimento que está instaurado por ela, e vamos aguardar a posição do Ministério Público. Eu acho que nesse instante nos cabe aguardar serenamente os próximos passos a serem adotados pela senhora Curadora de Fundações.

4- ELEIÇÃO DE UM TERÇO DO CONSELHO

O Presidente Fabio Magalhães, discorreu sobre:

- Procedimento de indicação dos candidatos ao Conselho.
- Conselheiros que terminam o mandato e os que podem ser reconduzidos.
- Quantidade de votos para o candidato ser eleito.
- Critérios para indicação de candidatos.
- Cronograma de convocação e eleição.

O Presidente Fabio Magalhães acrescentou ainda que as informações relativas ao processo de eleição seriam enviadas por e-mail a todos os Conselheiros.

5- INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

A apresentação foi realizada por Márcio Montagner, após o ingresso da Diretoria Executiva na reunião, quando foram expostos os seguintes tópicos: Fluxo de Caixa, Demonstração de Resultado, Indicadores de Liquidez, Demonstrativo da Receita Publicitária, entre outros informes.

6- ORÇAMENTO 2025

A Proposta Orçamentária de 2025, foi apresentada pelo Diretor Financeiro, Paulo Ramos, contendo as seguintes informações: Projeto de Lei Orçamentária Anual com comparativo com a proposta orçamentária setorial, dentre outras informações, com acompanhamento pelo Conselheiro André Mendonça de Barros, Coordenador do Comitê de Controles Internos.

7- IMÓVEL DO PARQUE NOVO MUNDO

Foi aprovada pelos Conselheiros, a proposta de expropriação do terreno do Parque Novo Mundo pela Companhia do Metropolitano de São Paulo, no valor aproximado de R\$ 109 milhões.

O encaminhamento para destinação do valor arrecadado, será discutido em reunião posterior pelo Conselho Curador.

8- RELATÓRIO DE ATIVIDADES DE 2024

O Presidente Executivo José Roberto Maluf entregou ao Presidente Fabio Magalhães, o draft do Relatório de Atividades de 2024, com informações até o mês de outubro de 2024.

9- INFORME DOS COMITÊS:


Estratégico e Curadoria: o Coordenador do Comitê e Conselheiro Augusto Rodrigues, compartilhou os assuntos levantados pelo Comitê Estratégico.

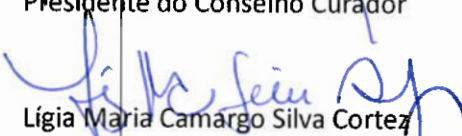


Controles Internos: o Coordenador do Comitê e Conselheiro André Mendonça de Barros, comunicou que os temas abordados na reunião do Comitê de Controles Internos, já haviam sido contemplados durante a própria reunião.

10- OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE DA FUNDAÇÃO

O Presidente José Roberto Maluf compartilhou e parabenizou a Conselheira Antonia Quintão, pela exitosa realização de palestra para os funcionários da FPA com o tema: *A importância e o Significado da Diversidade, Equidade e Inclusão para as Organizações.*


Fabio Magalhães
Presidente do Conselho Curador


Lígia Maria Camargo Silva Cortez
Secretária da Mesa Diretora do Conselho Curador



São Paulo, 4 de dezembro de 2024.

Senhor (a) Conselheiro (a):

Tenho a satisfação de convocar Vossa Senhoria para a reunião ordinária do Conselho Curador, presencial e por videoconferência, que ocorrerá no próximo dia 11 de dezembro (quarta-feira), às 09h, na Rua Cenno Sbrighi, 378, Água Branca. O estacionamento estará liberado.

Anexo os documentos abaixo mencionados, para sua apreciação:

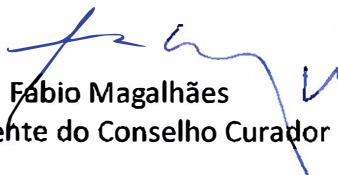
- Pauta para os trabalhos da reunião;
- Extrato e ata da reunião do mês de novembro de 2024;

Aqueles que não puderem comparecer presencialmente, conseguirão acompanhar a reunião pela plataforma Zoom, por meio do link abaixo:

[REDACTED]

Tratando-se de reunião de relevante importância para a Fundação, solicito, com grande empenho, a participação de Vossa Senhoria.

Cordial abraço.


Fábio Magalhães
Presidente do Conselho Curador



PAUTA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO CURADOR DA FUNDAÇÃO PADRE ANCHIETA, DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2024, ÀS 9H00, PRESENCIAL E PELA PLATAFORMA ZOOM.

1. Abertura - Presidente do Conselho Fabio Magalhães;
2. Aprovação da ata da reunião do mês de novembro/24;
3. Considerações finais sobre a manifestação da Curadora de Fundações do Ministério Público;
4. Informações Financeiras (Auditoria Interna);
5. Orçamento 2025 - Paulo Ramos;
6. Relatório de Atividade 2025 - Enéas Pereira;
7. Informações sobre as programações das Rádios e TV Cultura - José Roberto Maluf;
8. Informe:
 - Comitê de Controles Internos – Andre Lahóz Mendonça de Barros;
 - Comitê Estratégico e de Curadoria – Augusto Rodrigues;
9. Outros assuntos de interesse da Fundação.

Reunião Ordinária de Conselho Curador da Fundação Padre Anchieta - Centro Paulista de Rádio e TV Educativas, realizada a onze dias do mês de dezembro de 2024, às 9H, na Rua Capão Branco, Bairro Água Branca - SP.

José Renato Nalim

1. Antônio Francisco Quinto
2. Guilherme Amorim Campos da Silva
3. Maria Terumi Takano de Almeida
4. Maria Ávia Setúbal (ruca)
5. Luiz Romero de Moraes
6. McCoy Mendonça
7. Luiza Helena Tapani Padua
8. Renato Jaime Ribes
9. FABIO ARDUINO MORTARA
10. Renne Ap. Jesus Prudente
11. Miguel Franco Luitens, Lúscar
12. ANTONIO JACINTO MASTIAS
13. ANDRÉ LAHOZ MENDONÇA DE BARROS
14. Lucineia ROSA DOS SANTOS
15. Raul Berto Guimarães
16. Cleverson Pereira de Almeida
17. Augusto Bessa
18. FABIO MAGALHÃES
19. LIGIA MC SILVA CORTEZ
20. Mônica Marton Comin
21. José Renato Nalim

- Mônica Marton - 2 votos
- Fábio Magalhães - 2 votos - promeget Engenheiro Bucci
-

Topico	ID	Antifrãio	Duração (minutos)	Hora de inicio	Hora de fim	Participantes	
Reunião Conselho Curador				245	11/12/2024 08:10	11/12/2024 12:14	29
Nome (nome original)	E-mail	Duração total (minutos)	Convidado				
TV Cultura (1)		245 Não					
TV Cultura (3)		243 Sim					
SHEILA		209 Sim					
carlosmagalhaes		183 Sim					
ALDO VALENTIM		122 Sim					
Damazio - TI - FPA		152 Sim					
Giovanni Rea		191 Sim					
Beatriz Bracher		193 Sim					
esch-celia		1 Sim					
Lígia Cortez		196 Sim					
Regina Santana SMC		19 Sim					
lillaschwarcz		67 Sim					
renataalmeida		193 Sim					
iphone		19 Sim					
GAUDÊNCIO TORQUATO		105 Sim					
Prof. Marco Cremasco - Unicamp		80 Sim					
Regina Celia da Silveira Santana		177 Sim					
LUCINEIA ROSA DOS SANTOS		33 Sim					
iphone de Milto Flavio		40 Sim					
Cleversson Pereira de Almeida		33 Sim					